



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRICILA DE FATIMA STANKEVECZ

BASE NACIONAL COMUM: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS MATÉRIAS  
PUBLICADAS NO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO” NO PERÍODO DE 2015

CURITIBA

2016

PRICILA DE FATIMA STANKEVECZ

BASE NACIONAL COMUM: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS MATÉRIAS  
PUBLICADAS NO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO” NO PERÍODO DE 2015

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Pedagoga no curso de graduação em Pedagogia, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Doutora  
Noela Invernizzi Castillo.

CURITIBA

2016

Não basta saber ler que 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.

Paulo Freire

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus. Agradeço pela oportunidade de estudar em uma das melhores universidades do país; um sonho realizado.

Aos meus pais que me proporcionaram a oportunidade de frequentar o curso. As pessoas do meu convívio, pela paciência e compreensão.

Agradeço especialmente à professora Noela Invernizzi pela orientação deste trabalho, sempre com atenção, dedicação e compreensão. Contribuindo de forma significativa não apenas para a conclusão desta monografia, mas para minha formação.

Agradeço as minhas colegas de graduação pelo apoio, parceria nestes cinco longos anos que passamos juntas. Espero que além de boas recordações, ainda possamos manter contato por muitos anos.

## RESUMO

Durante o ano 2015 a discussão sobre o currículo nacional em construção no país foi objeto recorrente de discussão, chegando à grande mídia. O currículo nacional, previsto na Constituição de 1988 e na LDB de 1996, tornou-se uma das metas do PNE aprovado em 2014. Sendo assim, em setembro de 2015 o MEC colocou em consulta pública a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular. Neste trabalho realizamos uma pesquisa hemerográfica com base nas matérias publicadas no jornal Folha de São Paulo de janeiro a dezembro de 2015 visando analisar a discussão sobre a matéria. A investigação se apóia na literatura teórica sobre a construção histórica do currículo nacional e segue até o período recente focando na produção do GT de Currículo da ANPED. Foi também realizada uma revisão documental das principais normativas que amparam o currículo nacional no país. Finalmente, a análise das matérias do jornal Folha de São Paulo buscou identificar os atores sociais envolvidos neste processo, que interesses representam, e quais foram seus principais argumentos em torno da pertinência (ou não) de um currículo nacional. Os principais achados da pesquisa mostram que o jornal priorizou as perspectivas sobre o currículo nacional defendidas por fundações (vinculadas a empresas e bancos) e organizações não governamentais em suas matérias, assim como as experiências de sucesso internacionais. Estes atores mais visíveis no debate do jornal confluíram em afirmar as melhorias e progressos que um currículo nacional poderá trazer para a qualidade da educação no país. Constatamos a remarcável ausência da voz dos professores na discussão desenvolvida neste jornal.

Palavras chave: Base Nacional Comum Curricular. Currículo Nacional. Folha de São Paulo.

## **SIGLAS USADAS**

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CENPEC – Centro de Estudos, Pesquisas, Educação, Cultura e Ação Comunitária.

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONSED – Conselho Nacional de Secretários da educação

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

INSPER – Instituto de Ensino e Pesquisa

MEC – Ministério da Educação

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

UNDIME – União dos Dirigentes Municipais da Educação

UBES – União Brasileira dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UM CURRÍCULO NACIONAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA</b> .....	12
2.1 INTRODUÇÃO.....	12
2.2 O CURRÍCULO NACIONAL COMO CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.....	13
2.3 O PROJETO BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.....	17
2.4 OS DIVERSOS POSICIONAMENTOS SOBRE A BNCC.....	22
2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	31
<b>3 ATORES E POSICIONAMENTOS SOBRE A BASE NACIONAL COMUM: ANÁLISE A PARTIR DAS MATÉRIAS PÚBLICADAS NO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”</b> .....	33
3.1 INTRODUÇÃO.....	33
3.2 METODOLOGIA.....	34
3.3 ANÁLISE DAS MATÉRIAS PÚBLICADAS.....	39
3.3.1 AS MATÉRIAS PUBLICADAS: SESSÕES E TEMÁTICAS.....	39
3.3.2 AUTORES DAS MATÉRIAS E ATORES REFERENCIADOS.....	43
3.3.3 ATORES E TEMAS EM DEBATE.....	48
3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	61
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	65
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	68

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar os atores e temas em debate em torno da construção da Base Nacional Comum Curricular – BNCC mediante uma pesquisa hemerográfica. Para isso, a monografia analisa as matérias sobre o tema Base Nacional Comum Curricular publicadas no jornal Folha de São Paulo, na edição online (folha.com) no período de 1 de janeiro à 31 de dezembro de 2015. Quanto à escolha da mídia, ela se deve ao grande número de leitores (acessos), mas também porque consideramos que o jornal foi um ator importante na promoção do debate sobre a Base Nacional Comum Curricular, constituindo um ativo formador de opinião pública sobre a matéria.

Nesta pesquisa pretendemos identificar quais as foram as perspectivas sobre a BNCC apresentadas por esse jornal. Interessa-nos identificar os principais atores cujas visões sobre o campo do currículo e da educação foram divulgadas. A que segmentos da sociedade pertencem esses autores? Que interesses representam? Houve equilíbrio na apresentação das perspectivas dos diversos atores ou o jornal constituiu um formador de opinião representando interesses específicos? Que perspectivas sobre educação foram veiculadas? Quais foram os principais debates apresentados? Houve controvérsias explícitas?

Consideramos a Base Nacional Comum Curricular um tema de fundamental relevância para a educação, não apenas porque indicará os caminhos a serem seguidos na educação nacional, mas também porque o movimento de construção do documento tem mobilizado vários setores do país e se tornando assim um tema de amplo debate no campo da educação e do currículo.

Partindo de uma revisão de literatura sobre o currículo, em particular sobre o currículo nacional, e sobre o processo da construção da Base Nacional Comum Curricular no país, o objetivo geral deste trabalho consiste em identificar quais foram as perspectivas apresentadas pelo jornal Folha de São Paulo, que interesses foram representados e se houve um ponto de vista privilegiado afim de influenciar a formação da opinião pública.

Constituem objetivos específicos da pesquisa:



- Realizar uma revisão de literatura sobre os debates teóricos em torno do currículo nacional tomando como âmbito privilegiado a produção do GT de currículo da ANPED durante 2015.

- Mapear as matérias sobre a Base Nacional Comum Curricular publicadas no jornal Folha de São Paulo no período de janeiro a dezembro de 2015.

- Identificar os atores sociais que apresentaram posicionamentos sobre o tema, e que interesses representam.

- Analisar as perspectivas e discursos sobre educação defendidos pelos autores ou fontes citadas nos artigos jornalísticos na discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular, levando em consideração as discussões do campo acadêmico.

- Identificar os principais pontos de controvérsia que emergiram em torno da discussão.

- Analisar se o jornal assumiu uma posição de formador de opinião favorecendo determinada abordagem e interesses.

Quanto ao enfoque metodológico, esta pesquisa é bibliográfica e documental. A primeira parte consiste em uma pesquisa bibliográfica sobre o tema currículo nacional, e particularmente sobre a Base Nacional Comum Curricular proposta em 2015. Sobre este último ponto foi dada especial ênfase à produção acadêmica do GT de Currículo da ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação), que em 2015 abordou de forma ampla a questão.

A segunda parte da pesquisa tem um caráter documental. Primeiramente foram revisadas as normativas que se referem ao currículo nacional a partir da Constituição de 1988. A segunda parte da pesquisa documental se debruçou sobre os artigos publicados pelo jornal Folha de São Paulo sobre a BNCC. Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa hemerográfica.

A pesquisa hemerográfica, segundo Seibel (2013) é o estudo de fenômenos sociais e políticos, se baseando em jornais, no nosso caso na Folha de São Paulo. Os jornais são meios de comunicação de visibilidade pública que expressam interesses e conflitos e que podem influenciar a opinião pública, podendo provocar mudanças nos posicionamentos e interesses públicos,

resultando fundamentais na divulgação e aceitação de políticas públicas, como é o caso da Base Nacional Comum Curricular.

Foi realizado um levantamento de todos os artigos publicados sobre o assunto durante o ano de 2015, período em que ocorreu parte substancial da formulação do documento inicial e sua posta em consulta pública, o que deu lugar a grande repercussão do assunto no país através da mídia. Posteriormente foi realizada uma análise de conteúdo das matérias focada em algumas dimensões elaboradas a partir da revisão de literatura.

A pesquisa está organizada em dois capítulos, além do introdutório (capítulo I) que apresenta de modo geral o problema, objetivos gerais e específicos e a metodologia empregada. Os aspectos abordados neste primeiro capítulo são retomados e aprofundados no decorrer do trabalho.

No Capítulo II apresentamos a BNCC como construção histórica que vem sendo pautada desde os anos 1980 em documentos oficiais, mas somente em 2014 se torna um projeto de lei concreto. Também fazemos uma apresentação sucinta da BNCC, contextualizando o documento e mostrando como se organizou o processo de construção. Por fim, realizamos uma discussão teórica sobre o assunto, pautada em textos de estudiosos da área da educação, de forma geral da academia; esses textos foram retirados de periódicos científicos da área da educação e do GT de Currículo da ANPED.

No Capítulo III analisamos as matérias do jornal Folha de São Paulo, no período de 2015, sobre o tema da BNCC. A análise está dividida na categorização e contextualização das matérias; seguida da classificação das matérias por seção do jornal na qual foram publicadas; autor que assinou a matéria no jornal; ator<sup>1</sup> ou atores relevantes citados na matéria. A partir dessas informações levantamos as temáticas mais frequentes, os autores e os atores – que muitas vezes representando instituições – se posicionam sobre a temática, referenciando-nos na discussão teórica apresentada no capítulo II.

Finalizamos a pesquisa com as considerações finais ressaltando que o jornal priorizou as perspectivas sobre o currículo nacional defendidas por

---

<sup>1</sup>Autor refere-se ao indivíduo que assina a matéria na publicação do jornal Folha de São Paulo; já o ator, nesta pesquisa, significa um indivíduo que participou ativamente do processo de construção da BNCC, seja um especialista, um professor ou um crítico. O ator não é necessariamente quem redigiu o documento, mas ao ser citado nas matérias contribui com suas perspectivas para o debate sobre este processo no jornal Folha de São Paulo.

fundações (vinculadas a empresas e bancos) e organizações não governamentais em suas matérias, assim como as experiências de sucesso internacionais. Estes atores mais visíveis no debate do jornal confluíram em afirmar as melhorias e progressos que um currículo nacional poderá trazer para a qualidade da educação no país.

## Capítulo II

### **A construção histórica de um Currículo Nacional na educação brasileira**

#### **2.1 INTRODUÇÃO**

Neste primeiro capítulo vamos apresentar a construção histórica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um projeto que vem sendo pautado desde a Constituição de 1988. Nos últimos anos, no contexto de reformas educacionais, forte influência internacional na política educacional, assim como das grandes empresas privadas, o currículo nacional passou a ser visto como a chave para a melhora nos índices de qualidade da educação.

O documento da BNCC proposto pelo MEC para orientar a educação no país era, a princípio, uma proposta apenas para o ensino fundamental, mas com a instituição do Plano Nacional Educação (PNE) acabou alcançando todas as etapas da educação básica. Assim a BNCC se torna a grande aposta para a educação básica pública e privada, propondo conteúdos básicos para a educação, uma empreitada que terá reflexos em todas as dimensões do campo educacional.

Consideramos a BNCC um tema de relevância para a educação brasileira atual, visto o movimento de construção do documento que tem mobilizado vários setores da sociedade e se tornando assim um tema de amplo debate no campo da educação e do currículo. Frente a essas mudanças que o documento traz para a educação no país consideramos de grande importância esta pesquisa sobre os debates e atores relacionados com sua construção que ocorreram no jornal “Folha de São Paulo”, bem como a forte influência do jornal neste processo.

No primeiro momento será contextualizada a construção histórica e a necessidade de um documento orientador para o currículo, passando pelas diversas concepções teóricas que foram significativas nesse processo; em seguida na segunda seção do capítulo apresentaremos o projeto Base Nacional Comum Curricular e seu processo de formulação, principais

envolvidos e os próximos passos do projeto estipulados pelo calendário do MEC. Na parte final do capítulo discutiremos sobre a Base Nacional Comum e os atores da área da educação que são relevantes, como os professores, que se manifestaram a partir de sua experiência docente, e a comunidade acadêmica, especialmente através da produção teórica desenvolvida pelo grupo de pesquisa sobre Currículo da ANPED; além dessa fonte foram pesquisados textos em revistas como: Revista Retratos da Escola e Revista E-Curriculum, que são de grande representatividade na área de educação.

## **2.2 O CURRÍCULO NACIONAL COMO CONSTRUÇÃO HISTÓRICA**

Segundo Moreira (2000), no Brasil, desde a década de 80, com a queda do regime militar e a crescente redemocratização da sociedade, viu-se a necessidade de repensar: o que ensinar? Como ensinar? E principalmente como fazer com que o acesso à escola de qualidade fosse até as classes menos favorecidas. Tendo em vista uma alta taxa de evasão registrada na época, o currículo ganhou importância, sendo visto como essencial para a mudança da escola. Outra grande questão indagada pelos estudiosos da época foi como fazer com que esse currículo realmente chegasse às salas de aula. Trata-se de duas questões que ainda hoje são cruciais.

As principais mudanças curriculares estiveram, nesse período, ancoradas em duas grandes tendências: pedagogia crítico-social ou dos conteúdos, proposta por Demerval Saviani, e a pedagogia crítica ou educação popular, de Paulo Freire. As duas linhas de pensamento eram distintas, mas tinham a mesma finalidade de construir uma escola de qualidade para as classes populares. A pedagogia dos conteúdos acreditava que o Estado deveria propor uma base comum para o sistema de ensino e focava na transmissão de conhecimento, do saber sistematizado acumulado historicamente pela humanidade. O centro do processo eram as disciplinas escolares articuladas de modo tradicional. Já a pedagogia baseada na educação popular buscava construir currículos que “deveriam ter como eixo

organizador as necessidades e as exigências da vida social, não as disciplinas tradicionais” (MOREIRA, 2000, p.114).

Podemos notar que estas duas correntes fortes nas perspectivas educacionais brasileiras se colocam em pontos opostos quanto à necessidade de estabelecer um currículo comum. Enquanto para Saviani a democratização do saber universalmente acumulado pressupunha um currículo comum, na perspectiva freireana o currículo depende da contextualização social específica do aluno, da qual emergem os “temas geradores” que dispõem a organização dos conhecimentos.

A expectativa era que essas novas propostas curriculares contribuíssem para resolver os desafios educacionais da época. Contudo, como coloca Moreira (2000), as mudanças não foram muito significativas, e com isso o país chegou aos anos 90 com taxas de evasão e repetência ainda muito altas.

Já nos anos 90 as influências mais significativas nos enfoques curriculares foram o pós-modernismo e o pós-estruturalismo, ambos enfatizando a questão da diversidade. O currículo baseado nestas abordagens tende a se opor à ideia de currículo nacional, por entender que este último padroniza, enquanto o aspecto ressaltado é a diversidade cultural. Porém, para Moreira (2000), toda essa diversidade curricular proposta nos anos 90 não foi suficiente para abarcar as especificidades do contexto brasileiro. O autor argumenta que a teorização pós-crítica nas propostas curriculares dos anos 90 limitou-se a algumas sugestões sobre multiculturalismo, gênero e sexualidade.

Junto a estas novas abordagens, permaneceu ainda uma forte influência da pedagogia crítica nas reformas curriculares que pretendiam desafiar o caráter centralizador das propostas do MEC (MOREIRA, 2000, p.118).

No mesmo período houve grande esforço por parte do governo federal para difundir os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), numa tentativa de indicar conteúdos básicos para a educação em todo o país, embora de forma não obrigatória. Os PCNs propunham um conteúdo básico comum, organizado em disciplinas tradicionais, e introduziram os temas transversais como ferramenta para abordar questões de diversidade numa perspectiva interdisciplinar. Então, a partir dos PCNs, surgem currículos que tentam, de diversas formas, implantar abordagens interdisciplinares nos eixos transversais e norteadores, nos princípios educativos e núcleos conceituais. Como este

documento é apenas indicativo e não obrigatório, apesar de ser uma proposta padronizadora, de fato, cada escola tinha liberdade para definir os seus conteúdos, metodologias e procedimentos avaliativos.

Nessa mesma década as avaliações padronizadas ou em larga escala passam a ser parte da política educacional do Estado para assim fortalecer a ação regulatória, o poder simbólico e operacional do governo. A implementação do sistema de avaliação também esteve ligada ao processo de reforma curricular, bem como a programas políticos dos anos 90 se destacando o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) – programa do governo Collor – que estabelecia a necessidade de formulação de uma política educacional que tivesse como eixo a “educação para competitividade”. E este documento incorporou muitas orientações que foram debatidas pela UNESCO e Banco Mundial sendo uma delas o sistema de avaliação. Iniciou-se, então, um projeto de formação baseado nos PCN’s e um processo de avaliação que deveria elevar os indicadores de qualidade do processo de ensino-aprendizagem, sendo os exames o controle do Estado sobre o que estava sendo ensinado (ABREU; SILVA. 2008).

Como afirma Schneider (2013) essa política do Estado faz com que os exames padronizados indiquem qual conhecimento é relevante, delimitando assim o que deve ou não ser ensinado nas escolas. Os sistemas de avaliação funcionam como “mecanismos do Estado para regular os currículos escolares” (SCHNEIDER, 2013, p. 18), e fornecer algumas informações sobre o sistema educativo. A autora afirma que as avaliações em larga escala são estratégias do Estado para manter o controle sobre a educação e manter padrões estabelecidos por suas políticas educacionais; desta forma o currículo e o trabalho docente são instrumentos deste processo e responsabilizados pelos resultados.

A implementação do Sistema Nacional de Avaliação Básica (SAEB) veio sendo pautada desde a década de 80, mas somente no final dos anos 90 foi posto em prática junto com primeira prova do ENEM, e desde então surgiram avaliações para todas as etapas da educação básica. Esses exames funcionam como “descritores de desempenho” em um processo de aferição dos níveis cognitivos dos alunos (ABREU; SILVA. 2008). Embora, a princípio, o intuito fosse garantir a qualidade, o principal efeito que podemos notar é a

pressão sobre docentes que passam a ensinar visando o desempenho em testes e exames, mais do que na construção do conhecimento para uma formação integral e humana.

Nos últimos anos o país vem passando por diversas tentativas de mudar o sistema educacional por meio do currículo, sistemas de avaliação, formação de professores e novas políticas educacionais. Em 2014 com a instituição do PNE surge uma mudança significativa no campo do currículo, com a proposta da Base Nacional Comum Curricular, embora a discussão sobre a pertinência de um currículo comum fosse pautada desde os anos 80<sup>2</sup>. Já na Constituição Federal de 1988, no Art. 210, se postula a necessidade de um currículo comum nas seguintes palavras:

Art. 210 Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (BRASIL, 1988).

Anos depois, a base curricular comum, com uma complementação diferenciada localmente, também é prescrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN):

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 2005).

A partir desses documentos maiores, e de documentos mais específicos como as Diretrizes Curriculares Nacionais (de caráter obrigatório) e os PCNs, utilizados em todo o país, mas sem o caráter obrigatório, inicia-se a construção

---

<sup>2</sup> A proposta da BNCC evidencia um entendimento particular sobre o currículo nacional. Existe uma divergência conceitual sobre as expectativas geradas em torno ao currículo nacional pelos lineamentos postos na Constituição de 1988 e na LDB de 1996. Um ponto de vista considera que as Diretrizes Curriculares Nacionais eram suficientes para atender-las. Logo, a BNCC não seria uma derivação necessária e direta destas leis. Enquanto estas propunham um documento de orientação nacional, o qual deveria estabelecer as "expectativas de aprendizagem", a BNCC proposta vem com a ideia de "direitos de aprendizagem", com um caráter muito mais prescritivo em termos de conteúdos e que acabou por se tornar uma lista de objetivos. A BNCC poderá, ou não, tornar-se um currículo nacional, podendo ser uma referência para estados e municípios (DCN e PCN), dependendo da pressão do governo para sua implantação em todo o país.. Podemos notar uma diferença de compreensão no que o Estado deve assegurar como direitos: Conteúdos? Diretrizes? Expectativas, direitos ou objetivos de aprendizagem? Ainda não há consenso sobre esses conceitos.



de uma nova proposta curricular, a BNCC, que ganha força em 2015 para atender ao PNE que cita em seu texto a necessidade da construção de uma proposta de Direitos e Objetivos da Aprendizagem e Desenvolvimento. Essa proposta foi entregue ao Conselho Nacional de Educação em setembro 2015 na sua primeira versão.

### **2.3 O PROJETO BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

A Base Nacional Comum Curricular, BNCC, documento proposto pelo MEC para orientar a educação no país, como vimos, cristaliza um processo iniciado com os lineamentos da Constituição Federal de 1988, a LDB, os PCN e as Diretrizes Curriculares. Como se justifica em seu próprio texto:

A Base Nacional Comum Curricular é uma exigência colocada para o sistema educacional brasileiro pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996; 2013), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Brasil, 2009) e pelo Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), e deve se constituir como um avanço na construção da qualidade da educação. Para o Ministério da Educação, o que deve nortear um projeto de nação é a formação humana integral e uma educação de qualidade social (BRASIL, 2016, p.24).<sup>3</sup>

Em seu texto, apresenta o seguinte entendimento de currículo comum:

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNEB) e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entende-se a Base Nacional Comum Curricular como os conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; nos movimentos sociais (BRASIL, 2016, p.25).

---

<sup>3</sup> Ainda que o texto do documento cite a LDB e a Constituição como justificativa, nenhum destes documentos torna obrigatória a instituição de um currículo nacional nos moldes da proposta da BNCC. O mencionado nestas leis são as “expectativas” de aprendizagem. Contudo, os especialistas do MEC não concordaram com o conceito. Deste impasse surge o conceito de “direitos de aprendizagem”, que se consolida com o documento do PNE/2014 e sua menção de uma Base Nacional Comum Curricular.

A princípio esta proposta seria apenas para o ensino fundamental, mas com a instituição do Plano Nacional Educação (PNE) surgiu a necessidade de estendê-la para todas as etapas da educação básica. Assim, a BNCC se torna a grande aposta para a educação básica pública e privada, propondo conteúdos básicos, uma empreitada que deve refletir em todas as dimensões do campo educacional. A BNCC tem como o principal objetivo proporcionar oportunidades de desenvolvimento integral aos estudantes da Educação Básica, para que assim possam desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas qualidades, prezar e cultivar o convívio social, promovendo o respeito. Oferecer aos estudantes a oportunidade de participar em entretenimentos de caráter social, afetivo, desportivo e cultural cultivando o gosto por partilhar; criando oportunidades para que se expressem através das linguagens do corpo em um movimento de informar e se informar. Oferecer as famílias e comunidades vivências, valorizar suas experiências e histórias locais, gerando assim envolvimento com a escola e a formação dos estudantes. Produzir neste jovem o cuidado com os ambientes naturais, criando hábitos de bem-estar e saúde bem como conscientizar sobre as condições dignas e necessárias para a vida. Desenvolver habilidades para que este jovem tome posição frente a situações problemas enfrentando questões do dia a dia, também desenvolver habilidades de trabalho, informar condições de formação profissional e acadêmica, programas, ofertas de bens e serviços para que assim este jovem já construa seus ideais para o ingresso no mercado de trabalho. Identificar potencialidades, possibilidades e perspectivas, reconhecendo e buscando a superação das suas próprias limitações e de seu contexto social, para assim proporcionar a realização de seu projeto de vida pessoal e comunitário, propondo uma participação ativa na vida social, cultural e política de forma crítica e solidária.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Lista de objetivos sintetizada pela autora, a partir de texto disponível no documento do MEC Base nacional comum curricular. Brasília/ DF, setembro/2015 página: 7. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCCAPRESENTACAO.pdf>>. Acesso em: 07/05/2016.

Todas estas questões são consideradas fundamentais pelo documento da BNCC para o desenvolvimento dos jovens brasileiros, argumentando que a escola não é a única responsável, mas o papel dela é sem dúvidas o de protagonista no processo de ensino-aprendizagem para que todos os jovens tenham esses direitos garantidos. Pensando que a escola e sociedade são responsáveis pela formação integral e humana desses jovens o projeto BNCC vê a proposta de construção como um pacto interfederativo de colaboração.

Ainda seu processo de construção é considerado um pacto de colaboração entre todos os entes federativos O documento explicita sua natureza e caráter regulamentador de referência nacional, nas seguintes palavras:

Uma base comum curricular, documento de caráter normativo, é referência para que as escolas e os sistemas de ensino elaborem seus currículos, constituindo-se instrumento de gestão pedagógica das redes. Para tal, precisa estar articulada a um conjunto de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, que permitam a efetivação de princípios, metas e objetivos em torno dos quais se organiza (BRASIL, 2016, p.26).

A BNCC, ao propor uma referência nacional para a formulação de currículos, constitui-se como unidade na diversidade, reorientando o trabalho das instituições educacionais e sistemas de ensino em direção a uma maior articulação. Trata-se, portanto, de referencial importante do Sistema Nacional de Educação (SNE), responsável pela articulação entre os sistemas de ensino – da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios – visando a superar a fragmentação das políticas públicas, fortalecer o regime de colaboração e efetivar as metas e as estratégias do PNE (BRASIL, 2016, p.28).

Deste modo a BNCC deve subsidiar a elaboração de currículos por todo o país, sendo assim "configura-se como parâmetro fundamental para a realização do planejamento curricular, em todas as etapas e modalidades de ensino" (BRASIL, 2016, p. 30). Para a reformulação necessária dos currículos e dos PPP's, o documento estabelece as seguintes recomendações:

É fundamental que cada unidade escolar se organize para a formulação do PPP, considerando: o Plano Nacional de Educação (PNE), bem como os demais Planos Estaduais e Municipais; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; a BNCC e os documentos orientadores das políticas educacionais, produzidos pelas secretarias ou departamentos de educação; as avaliações nacionais; as avaliações regionais realizadas pelos órgãos dirigentes da educação e pelas UEs em relação aos processos e resultados de trabalho do ano anterior. Vale destacar, nesse caso, a

necessidade de que os professores e professoras conversem, no início do ano letivo, sobre o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos (BRASIL, 2016, p. 30).

Outro ponto importante, considerando o que foi citado acima, deste processo de instituição do currículo nacional é a efetivação do Sistema Nacional de Educação - SNE (também uma das metas do PNE), visto que o país conta com sistemas educacionais autônomos. O SNE tem como principal objetivo unificar e articular todas as dimensões da educação, no intuito de promover a equidade, com qualidade para todo o país. A efetiva implementação de um currículo comum em escala nacional depende, assim, da instituição do sistema nacional de educação.

Durante o processo de criação da BNCC foram realizadas várias discussões sobre o tema em debates, fóruns, palestras, jornais, revistas e sites, envolvendo, de diversas formas, a sociedade. Participaram nessas discussões vários órgãos relacionados com a área da educação como: Conselho Nacional de Educação - CNE, Secretária de Educação Básica - SEB, União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, Conselho Nacional de Secretários da Educação – CONSED. Tomaram parte também algumas organizações não governamentais, que foram muito ativas nesse processo, como: Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Itaú Social e Todos pela Educação. No meio destas discussões surgiu o Movimento pela Base Nacional Comum Curricular<sup>5</sup>, gestando um ator coletivo composto por indivíduos, fundações, e associações, com forte gravitação na discussão sobre o tema. Finalmente, outros atores relevantes foram, naturalmente, os professores, que se manifestaram a partir de sua experiência docente, e a comunidade acadêmica, especialmente através da produção teórica desenvolvida pelo grupo de pesquisa sobre Currículo da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED).

Na escrita da 1º versão da BNCC estiveram envolvidos 116 especialistas e 14 assessores, organizados em comissões por área/componente curricular/etapa da educação básica. Seus integrantes foram professores

---

<sup>5</sup>O movimento possui um site: [www.movimentopelabase.org.br](http://www.movimentopelabase.org.br), no qual estão disponíveis diversas informações e discussões sobre o assunto.

universitários, atuantes na pesquisa e no ensino das diferentes áreas de conhecimento da Educação Básica, docentes da Educação Básica e técnicos das secretarias de educação, esses dois últimos indicados pelo CONSED e pela UNDIME.

Após a publicação da versão preliminar da BNCC o documento foi posto em consulta pública pelo MEC através do site: [basenacionalcomum.mec.gov.br](http://basenacionalcomum.mec.gov.br), para ampliar a possibilidade de contribuições a todas as regiões do país, criando uma mobilização nacional em torno deste processo de construção. Esse processo de consulta pública ocorreu entre setembro de 2015 e março de 2016 e foi registrado um total de 12.226.510 contribuições realizadas online, sendo organizadas da seguinte forma: indivíduos (estudante da Educação Básica ou Ensino Superior; professor da Educação Básica ou Ensino Superior; pai ou responsável por estudante da Educação Básica; “outro”), organizações (sociedades científicas, associações e demais organizações interessadas) e redes (escolas, redes de ensino). Sendo assim, cadastraram-se, no Portal, 305.569 indivíduos, 4.298 organizações e 45.049 escolas em todo o território nacional (BRASIL, 2016, p. 28).

Neste mesmo período foram realizados pelo MEC em todo o país seminários e discussões sobre a BNCC para levar o máximo de informações e gerar o envolvimento de toda a sociedade.

Para a reformulação do documento foram analisados os resultados da consulta pública por especialistas da UnB – Universidade de Brasília e da PUC – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro que resultaram na 2ª versão publicada em 03/05/2016. Entre junho/julho/agosto foram realizados Seminários Estaduais que resultaram em relatórios entregues ao MEC para análise. Para setembro de 2016<sup>6</sup> período não abordado neste trabalho-estavam previstas discussões com associações científicas, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil, para que então fosse concretizada a versão definitiva.

---

<sup>6</sup> De acordo com calendário do MEC disponível no site: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>, acesso em 25/08/2016.

## 2.4 OS DIVERSOS POSICIONAMENTOS SOBRE A BNCC

O documento proposto pelo MEC sugere trabalhar com a diversidade do país e com a ideia de que nossos estudantes possuem direitos à aprendizagem<sup>7</sup>. O documento da BNCC se justifica pela “redução das desigualdades regionais em termos de oportunidades educacionais”, sobretudo em um país com tantas desigualdades quanto o Brasil (CÓSSIO, 2014. p.1572), e é proposto como instrumento de um projeto democrático para a sociedade. Mas, segundo Apple (1992), um currículo nunca é um conjunto neutro de conhecimento, ele sempre será o resultado da seleção proposta por alguém com relação ao que é considerado como conhecimento legítimo naquela sociedade. No Brasil essa proposta vem sendo apoiada em exemplos de sucesso realizados na Inglaterra, Austrália e Estados Unidos. Contudo, Apple ainda coloca que essa ideia de currículo nacional, desenvolvida em vários países, vem sendo uma proposta de “direita” para a educação, afirmação com a qual podemos facilmente concordar se olharmos as instituições, fundações e redes que vem apoiando e participando do processo de construção da BNCC no Brasil. Para o autor devemos nos atentar a detalhes como quem está estabelecendo o novo currículo, quem ganhará e quem perderá com essa mudança.

A proposta vem sendo apoiada por vários grupos de elite no país, como empresários, diversos grupos organizados e fundações financiadas por grandes empresas, que promovem a BNCC como forma de reduzir desigualdades e garantir o direito à aprendizagem. Nessa perspectiva, a vulnerabilidade social é considerada a principal culpada da não aprendizagem surgindo “um ciclo de exclusão e pobreza” (CÓSSIO, 2014. p.1579).

Um dos grupos organizados na promoção do currículo comum, o Movimento Pela Base Nacional Comum, em seu site, justifica a BNCC nestes termos:

---

<sup>7</sup> O documento propõe a todas as etapas da educação básica 12 conceitos que são os direitos a educação/aprendizagem que devem fundamenta articulações entre as áreas do conhecimento e etapas de escolarização na definição dos objetivos da educação básica. Sendo os objetivos construídos depois com base nestes direitos. (BRASIL, 2015, p9-10).

adotar uma base curricular comum é fundamental para reduzir as desigualdades educacionais de uma nação. Ao definir o que é essencial ao ensino de todos os alunos em cada uma das etapas da vida escolar, as expectativas de aprendizado e critérios de qualidade ganham transparência e podem ser aplicadas e cobradas com maior eficiência.<sup>8</sup>

Também no site o movimento oferece várias referências de leitura, experiências de outros países, opiniões de professores e estudiosos da área e relatos das fundações e organizações envolvidas na elaboração da BNCC.

Macedo (2015), igualmente, evidencia que a discussão pela criação de uma base comum vem sendo feita desde a primeira Constituição 1988, seguida de todas as reformulações nas leis referentes à educação no país um processo de criação que vem levando décadas. Já para Apple (1992) mesmo sem um currículo nacional proposto, principalmente na rede pública, se tem um, quando o Estado estipula quais livros didáticos serão distribuídos às escolas, de qual editora será esse livro, etc. No Brasil podemos também apontar as Diretrizes e os PCN's, como componentes de um currículo nacional velado. Ao contrário dos parâmetros curriculares, que tem um papel de norteador- embora na concepção de Apple funcionem como currículo nacional velado -a BNCC vem com a obrigatoriedade, deixando de ser um currículo velado, e também deve ir além de uma listagem de conteúdos.

Para Macedo (2015), a formulação do currículo comum é mais que uma disputa de classes, na qual alguns sujeitos são privilegiados, e se torna uma disputa do Estado pelo controle da educação. Com a instituição da BNCC a qualidade da educação está vinculada com o controle do que será ensinado e aos resultados nas avaliações. Como ressalta Gabriel (2015), trata-se de:

um movimento de apagamento dos aportes teóricos dos estudos de currículo acumulados nas últimas três décadas, em nome da necessidade de construção de um sistema nacional de educação. Trata-se de um movimento de centralização curricular, na busca de uma cultura escolar comum (GABRIEL, 2015, p.294).

---

<sup>8</sup>Texto retirado do site: <<http://movimentopelabase.org.br/>>, acesso em 07/05/16.

Para a autora o que está sendo proposto como currículo nacional é um bem público que está sendo fixado e imposto de forma engessada, em uma tentativa de centralização curricular velada por um pacto federativo seguido de outras políticas públicas como o sistema nacional de avaliação, o sistema nacional de educação, a reformulação da formação inicial e continuada de professores, a privatização dos órgãos públicos e, como reflexo disto, um novo plano de carreira para docentes ou até mesmo a extinção de um, visto que no caminho que estamos o sistema irá se tornar uma grande empresa.

Ainda nesta mesma linha de pensamento, criticando o currículo nacional, Fernandes (2015) argumenta que um novo documento orientador não é necessário, pois o país já conta com vários outros documentos; para ele o que é necessário é fazer com que esses documentos realmente cheguem às instituições. O autor considera que a proposta denota uma ideologia meritocrática, que justifica nas seguintes palavras a seguir:

uma Base Nacional Comum Curricular, um sistema de avaliação com testes de larga escala para estudantes de todas as idades e professores, premiações para os sujeitos e para as escolas; e, se há prêmios, há punições e castigos. Essa é a ideia da meritocracia, aliada à performatividade e ao gerencialismo numa sociedade marcada por desigualdades profundas (BALL 2005,2006 apud FERNANDES, 2015, p.402).

Para Freitas a implementação da BNCC implicará em custos, e argumenta que “nós não precisamos gastar mais dinheiro para consertar escolas, temos que nos certificar de que as escolas sejam exigentes [...] mas sem nenhum absurdo pedagógico” (FREITAS, 2014, p. 1101). Sem dúvidas, o processo de instituição da BNCC será longo e de alto custo, gerando muitas mudanças em nosso sistema educacional o que poderia ser poupado se pensarmos a obrigatoriedade das Diretrizes, visto que o novo documento as utiliza como base.

Neste novo processo as escolas passam a utilizar a “lógica empresarial” (FERNANDES, 2015, p.401) na qual o resultado em rankings e classificações passam a ser mais importantes que o próprio processo de ensino



aprendizagem que ocorre no dia a dia das escolas, o que nos faz pensar a real função social da educação que estamos propondo aos nossos jovens. Ainda, para o autor, as políticas públicas que vêm sendo adotadas no país parecem muito mais serem por imposição política e econômica, do que para buscar reais soluções aos nossos problemas educacionais.

Seguindo esse pensamento da lógica empresarial imposta à educação, Freitas (2014) comenta que a crescente internacionalização das políticas educacionais e a forte participação dos reformadores empresariais<sup>9</sup> levam ao novo controle ideológico imposto pelo Estado, ajustando as escolas a um padrão cultural básico de instrução que será verificado pelos sistemas de avaliação, seja interno e externo. Isto, por sua vez, gera uma centralidade da avaliação escolar e também uma política de responsabilização<sup>10</sup> entre aluno, professor e escola, sem levar em consideração fatores sociais externos que afetam o rendimento do aluno. Para o autor, esses reformadores empresariais atuam como “novos colonizadores” que iram levar à população mais carente o acesso a uma “boa cultura” (se é que podemos considerar uma cultura melhor que a outra), assim retirando o direito de formação ampla e contextualizada impondo um direito de aprender o básico que será validado pelas avaliações. “Os atuais reformadores – novos colonizadores - empresariais apenas retomam esta filosofia pragmatista do começo do século passado em outros níveis de exigência tecnológica e de controle social que lhe dão aparência de inovação” (FREITAS, 2014, p.1105). Assim, argumenta o autor, esses reformadores passam a ideia de responsabilidade social em suas ações, mas no fundo trata-se novamente de “adaptar a escola às exigências oriundas do mundo trabalho” (FREITAS, 2014, p.1105). Freitas ainda lembra que no Brasil, no período do governo FHC, quando o ministro da educação foi Paulo Renato Costa Souza passamos por um processo parecido e agora, 20 anos depois com mais experiência e pressão internacional, esta onda neoliberal ganha força e atua

---

<sup>9</sup>Segundo Freitas (2014) as instituições não governamentais de assessoria a educação, sejam elas internacionais ou não, querem introduzir no campo educacional a lógica empresarial e tecnicista de organização do trabalho pedagógico.

<sup>10</sup> Lei de Responsabilidade Educacional em Tramitação no Congresso. A aprovação da PEC 82 já institui a “meritocracia” como princípio a ser observado na constituição do serviço público brasileiro. Também foi igualmente aprovada no âmbito do Plano Nacional de Educação – Lei 13005/2014, na meta 7 como estratégia 7.36.

dentro de órgãos públicos como Ministérios e Congressos articulando na elaboração de políticas educacionais, com o apoio expressivo da mídia<sup>11</sup>.

Segundo Freitas (2014) esses reformadores partem de princípios e ideais de Dewey afirmando que a escola necessita de adaptação frente às novas necessidades da sociedade, mas na verdade o principal foco deles se torna o controle, indo na contramão da proposta de Dewey que apostava na autonomia do professor.

Ao pensarmos um projeto de currículo nacional, Freitas menciona que, devemos nos atentar para questões como: qual projeto de nação temos para nossos jovens? Como fazer que a educação cumpra seu papel emancipador? Para o autor uma “boa educação exige uma matriz alargada de formação que não restrinja as possibilidades de formação humana da juventude” (FREITAS, 2014, p.1107). Um projeto de educação não pode reduzir a educação ao ensino técnico com a padronização da cultura escolar, este projeto deve respeitar à diversidade cultural buscando uma formação integral e humana.

Assim, com base no foi exposto por Freitas podemos considerar que, esses novos colonizadores passam a ideia de proporcionar um caminho de conhecimento e formação integral, mas estão apenas mantendo o controle político e ideológico da sociedade através da escola. Deixamos de buscar uma formação integral, humana, crítica e reflexiva para apostar em uma padronização em massa, que gera subordinação ao sistema e novos mecanismos de exclusão dentro da própria escola. Essa abordagem gera fatores de retrocesso como: abrir o campo educacional para as grandes empresas educacionais seja na consultoria, produção e revisão de materiais didáticos, venda de tecnologia, organização do trabalho pedagógico e é claro na organização das avaliações; empresas que atuam através de métodos tecnicistas e sem dúvidas aos poucos iram introduzi-los em nossas escolas, além do controle sobre os profissionais da educação a pressão para atingir metas e se manter rankings, bem como a possível privatização do sistema público, que está sendo discutida. Além de todos os prejuízos que esse

---

<sup>11</sup> Como a grande mobilização do jornal A Folha de São Paulo em apoio ao processo de instituição da BNCC em debates, fóruns entre outros eventos e as diversas publicações sobre o tema.

processo gera, o trabalho pedagógico fica ainda mais precário e as visões alternativas almejadas pelas instituições perdem espaço, visto esses materiais, pensamentos e lógicas empresarias pré-fabricados que vão se estabelecer aos poucos, pois qualquer ação que saia do planejado compromete a nota da escola que reflete no bônus no final do ano e na carreira do profissional que vê seu trabalho cada vez mais mecânico e treinado pelas grandes empresas educacionais.

Todas essas medidas transformam a escola em um local aversivo para quem tem algum tipo de dificuldade de aprendizagem, funciona assim como um processo de exclusão que mantém o indivíduo o máximo possível dentro do sistema, mas aos poucos faz com ele mesmo saia e, ainda, de alguma forma, será responsabilizado pelo seu fracasso; sem nem refletir sobre o sistema. Essas medidas refletem na formação inicial e continuada de docente, que para Freitas (2014) afastam as universidades de uma formação crítica e avançada, que tendem a se debruçar sobre o domínio de conteúdos que são impostos no currículo (que possivelmente também foi pensado pelas grandes empresas educacionais, como o exemplo da BNCC). Como relata Dourado (2013):

Assim ao selecionarmos um currículo estamos priorizando uma visão de mundo, valorizando mais um conhecimento e cultura que outro, uma forma de organização e gestão. Podemos considerar o currículo como um “dispositivo de diferenciação social” (DOURADO, 2013, p.373).

Para o autor a formação de professores está totalmente ligada com a prática diária, com questões culturais, identitárias, concepções teóricas, tornando-se assim um campo de disputa política. Pensando neste sentido ao instituímos esta lógica dos reformadores empresariais vamos formar profissionais treinados para seguir apostilas e obter boas notas nas avaliações; em um sistema que cabe a nós apenas a tarefa de adaptação e não de criação.

Dourado (2013) pondera que o trabalho docente precisa ser repensado e reformulado frente às novas exigências da sociedade, a formação docente também necessita de uma reformulação. Atualmente a sociedade exige a

formação de profissionais capazes de aliar prática a teoria, que se tornem pesquisadores no seu fazer diário, que estejam sempre em busca de aperfeiçoamento para isso é preciso contar com políticas públicas de formação inicial e continuada que garantam a valorização dos profissionais da educação e do magistério, também de grande importância são as condições de trabalho. O autor ainda reflete que devemos encontrar um caminho para acompanhar as mudanças da sociedade sem cair no tecnicismo, sem privatizar as instituições e principalmente sem legitimar os mecanismos de controle social que vem sendo impostos.

Na perspectiva de Moreira (2000), um currículo comum significa uma forma mecânica e autoritária de organizar o ensino e para fugirmos disso é necessário um espaço de criatividade e liberdade para que os currículos sejam criados localmente. Ainda argumentando sobre esta ideia de estabelecer um currículo comum Sünsekind (2015) ressalta a incoerência em escolher o que é comum baseado em especialistas sem considerar o que foi construído historicamente e localmente pelos sujeitos em interação e/ou cooperação dentro de suas diversidades. O comum deveria significar a valorização das diferenças na sociedade e nos currículos de nossas escolas, mas tende a ser a desvalorização de um e legitimidade do outro, reforçando as desigualdades, exclusão, inadequação gerando invisibilidade e inexistência de determinadas ideias.

Como relata Silva (2015) a BNCC está ancorada no PNE, mas para entendermos o real sentido dessa proposta precisamos analisar alguns conceitos como: educação, formação humana, currículo e políticas curriculares; afinal a discussão de currículo não se esgota em conteúdos. A autora se refere ao ensino médio, etapa da educação que vem sendo território de disputa em várias políticas no decorrer dos anos:

o documento produzido pelo MEC não possui suficiência no que se propõe, haja vista ter negligenciado justamente essa discussão e recaído na mais pragmática formulação: a definição de listagens de conteúdos vestidos de direitos e objetivos de aprendizagem (SILVA, 2015,p.366).

Para Silva (2015), ao definirmos conteúdos específicos para nossos alunos, estaremos dificultando a possibilidade do indivíduo ir além do superficial, “a experiência formativa na tradição curricular tomada como sinônimo de experimentação ou de treinamento não permite o exercício da reflexão e da crítica”(SILVA, 2015,p. 369).

Silva (2015) ainda sustenta que “é preciso reconhecer que por meio da palavra currículo se expressam também o fazer propriamente dito, as ações por meio das quais se realiza o processo formativo no tempo-espço da escola, processo este nem sempre circunscrito ao que está prescrito” (SILVA, 2015, p.368). Sendo assim o currículo deve ser flexível e atender a todas as demandas da educação que são mais que os conteúdos, também é necessário pensar que nem sempre o proposto realmente chega até as escolas.

Sendo assim, para Silva, a BNCC pode vir a se tornar um instrumento de controle do Estado sobre as escolas e sobre a formação dos indivíduos, “a centralidade da noção de competências no currículo, especialmente porque justificada e proposta pela via unidimensional do mercado, produz uma formação administrada<sup>12</sup>, ao reforçar a possibilidade de uma educação de caráter instrumental e sujeita ao controle”(SILVA, 2015, p. 372). Esta formação administrada contida na BNCC se contrapõe à ideia de formação crítica e emancipatória proposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, enfatiza Silva, e acaba indo ao caminho oposto, não respeitando as diferenças e diversidades, como a condição social, diferenças étnico-raciais, gênero, sexo. Assim, reforça:

A padronização é contrária ao exercício da liberdade e da autonomia, seja das escolas, seja dos educadores, seja dos estudantes em definirem juntos o projeto formativo que alicerça a proposta curricular da escola. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais exaradas pelo Conselho Nacional de Educação, dado seu caráter norteador e menos prescritivo, já não seriam suficientemente definidoras e capazes de respeitar as diferenças regionais, culturais etc? (SILVA, 2015, p. 375)

Silva (2015) ainda coloca como outro fator importante as avaliações nacionais, que com a BNCC se tornariam ainda mais controladoras e ainda

---

<sup>12</sup>Conceito utilizado por Silva – “formação administrada: que aprisiona a consciência no limite do existente e dificulta a possibilidade de se ultrapassar a compreensão do mais imediato e superficial” (SILVA, 2015. p.369).

podem vir a reforçar desigualdades. A autora deixa questões importantes para reflexão: “qual o sentido da educação e da escola? Preparar para exames? O que fazer com a perspectiva de formação humana que não se encerra nesse círculo concêntrico e visa a propiciar uma genuína experiência formativa?”(SILVA,2015,p.375).Questões essas as quais servem para pensarmos sobre o papel do currículo na formação dos indivíduos e que indivíduos a sociedade e a escola querem formar.

Pereira (2015) argumenta que o modo como o currículo nacional está sendo construído de cima para baixo, no qual o nacional vem antes do local, definido por especialistas das diversas áreas e sendo imposto às escolas caracteriza uma padronização e centralização da educação, deixando de lado a democracia e autonomia curricular das instituições escolares. Desta forma, para o autor, não há direitos à aprendizagem, pois estamos impondo um currículo de cima para baixo baseado em conhecimentos universais (será que podemos considerar algum conhecimento como universal?), sem considerar as experiências e conhecimentos locais. O autor considera que a base nacional comum curricular anula os direitos de aprendizagem, de democracia e de desenvolvimento cidadão dos alunos brasileiros, sendo um processo autoritário que fala em democracia apenas em abstrato e teoricamente. Nessa mesma linha de pensamento Süsskind (2014) afirma que um documento que pode orientar massas de professores, sobre o que e como ensinar, sendo base para a avaliação de milhões de estudantes acaba se tornando um equívoco político considerado, pela autora, uma arma social para homogeneização dos conhecimentos, levando para a escola um pensamento mercadológico visto que as discussões mais atuais sobre base nacional comum curricular são presididas por grandes programas e fomento de organizações financeiras, mesmo que nem sempre seus interesses econômicos sejam declarados. Essa construção curricular acaba por reforçar a hierarquia presente na sociedade colocando professores como reprodutores de conteúdos sem levar em consideração que são profissionais-intelectuais. Ainda para Süssenkind as várias organizações que participam do processo de construção da BNCC estão partilhando da concepção de currículo como salvação da educação, podendo ele uniformizar os conhecimentos e servir como instrumento de avaliação para professores, responsáveis e sociedade. Mas este movimento acaba por

desconsiderar as relações entre professores e estudantes bem como (re)invenção dos tempos e espaços da escola no cotidiano, idealizando sujeitos passivos que aceitam tudo que for imposto ou ainda sujeitos que não tenham nada a oferecer seja de conhecimento ou cultura.

Ainda Pereira (2015) pontua que o mais indicado no caso do Brasil seria documento que se caracterize pela prescrição curricular (sobre o que e como ensinar) e uma orientação clara dos procedimentos da gestão pedagógica democrática. Dessa forma, argumenta, que se proponha à escola um documento flexível e ao mesmo tempo a possibilidade da construção de um currículo democrático via conselho escolar e planejamento político pedagógico, dentro de suas próprias especificidades. Como indica Macedo (2015) devemos considerar que nem todo o problema nem as soluções são estáticas, logo a base nacional comum curricular deve ser um documento flexível e em constante (re)construção em um movimento de cooperação de baixo para cima não imposto de cima para baixo.

## 2.5. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste primeiro capítulo apresentamos a discussão teórica em torno da construção de um currículo nacional. Como foi exposta, a questão do currículo nacional vem se desenrolando na cena educacional brasileira desde o final da década de 80, mas passou a se concretizar somente a partir de 2014 com a instituição do PNE e a forte influência internacional de países que alegam ter obtido grandes avanços educacionais com a implementação de currículos nacionais. Baseado nessas experiências e com o apoio de especialistas, o MEC lançou a primeira versão do documento da BNCC para consulta pública em setembro de 2015, considerando que o Estado busca construir um documento com caráter de cooperação sendo um pacto que deve gerar o envolvimento de toda a nação brasileira.

Este documento, no entanto, como apresentamos nas seções anteriores, suscitou fortes discussões. Descrevemos diversos posicionamentos de

estudiosos da área da educação sobre a proposta de currículo nacional, sobre a forma como o documento foi construído, o que foi considerado relevante pelo MEC e pelos especialistas, bem como as consequências da implementação deste documento para os educandos e os profissionais da educação.

Tendo esta discussão teórica como fundamento da análise, passamos no segundo capítulo ao terreno empírico, abordando como foi tratada a construção do documento do currículo nacional no jornal “Folha de São Paulo”. Mediante uma análise das matérias publicadas no jornal vamos buscar os principais atores e posicionamentos sobre a BNCC que, por sua vez, consideramos ser uma forma de expressão de grupos de interesses sobre a temática através da mídia, visando influenciar a construção do documento.



## Capítulo III

### **Atores e posicionamentos sobre a Base Nacional Comum: análise a partir das matérias publicadas no Jornal “FOLHA DE SÃO PAULO”**

#### **3.1. INTRODUÇÃO**

Neste capítulo analisaremos as matérias publicadas no jornal Folha de São Paulo sobre o debate em torno da construção da Base Nacional Comum Curricular no ano de 2015. Durante esse ano foram publicadas várias matérias sobre as discussões suscitadas pela primeira versão do documento posta em consulta pública. Vários temas foram abordados tais como os impasses suscitados no campo da História e no Ensino de Religião em escolas públicas; a flexibilização do Ensino Médio; os exemplos internacionais de implantação de currículos nacionais; e o debate sobre a grande diversidade cultural brasileira.

Por que o jornal Folha de São Paulo foi escolhido como uma mídia relevante para este trabalho? Foi escolhido este jornal não apenas pela sua grande divulgação, sendo um dos jornais mais lidos no país e o primeiro a disponibilizar a versão online, mas também porque consideramos que o jornal foi um ator importante na promoção do debate sobre a BNCC, tendo inclusive organizado alguns debates, constituindo um ativo formador de opinião pública sobre a matéria.

Com esta pesquisa pretendemos identificar quais as foram as perspectivas sobre a BNCC apresentadas por esse jornal. Interessa-nos identificar os principais atores cujas visões sobre o campo do currículo e da educação foram divulgadas. A que segmentos da sociedade pertencem esses autores? Que interesses representam? Houve equilíbrio na apresentação das perspectivas dos diversos atores ou o jornal constituiu um formador de opinião representando interesses específicos? Que perspectivas sobre educação foram veiculadas? Quais foram os principais debates apresentados? Houve controvérsias explícitas?

No primeiro momento será apresentada a metodologia utilizada na pesquisa realizada no jornal Folha de São Paulo. Na segunda parte do capítulo tratamos sobre a análise das matérias. Foram construídos gráficos para melhor visualização e análise dos dados coletados. Com base neste levantamento as informações foram sintetizadas e organizadas em tópicos de importância como: quem foram os autores das matérias, dentro destas matérias quem são os atores mais citados e as temáticas que foram encontradas com mais frequência. Deste modo foi construída a análise com relação às temáticas e atores, seguida de reflexões apoiadas na revisão teórica sobre o tema.

### 3.2 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem um caráter documental visto que o material a ser analisado são artigos publicados pelo jornal Folha de São Paulo sobre a BNCC. Bardin (2011) definiu a análise documental como um conjunto de operações que pretende apresentar o conteúdo de um documento de uma forma diferente da original, para assim facilitar a visualização e acesso às informações. Segundo a autora o objetivo da análise documental é apresentar e/ou representar esta informação de outro modo utilizando de procedimentos de transformação, mantendo o máximo da informação visando o aspecto quantitativo e com o máximo de pertinência tendo em vista o aspecto qualitativo, portanto a análise documental é uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados. (BARDIN, 2011, p. 51).

A pesquisa documental em jornais pode ser também classificada como uma pesquisa hemerográfica. Segundo Seibel (2013) a pesquisa hemerográfica pode ser utilizada para analisar fenômenos públicos e sociais, neste caso uma política pública que está em construção, tendo como fonte jornais. As matérias jornalísticas expressam interesses e conflitos publicamente, e possivelmente ocasionam mudanças nos posicionamentos e interesses públicos. A importância do que é publicado e de quem escreve

também radica na visibilidade dada a determinados posicionamentos que representam certos grupos e organizações sociais.

Foi realizado um levantamento de todos os artigos publicados sobre o assunto “base nacional curricular”, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2015, período em que houve grande repercussão do tema no país. A busca foi realizada na edição online do jornal Folha.com<sup>13</sup>, utilizando as seguintes palavras chave na ferramenta de busca disponível no próprio site do jornal: currículo nacional e base nacional comum. Da primeira palavra-chave resultaram 19 notícias e, da segunda, 37 notícias, totalizando 56 matérias.

Após uma primeira leitura das matérias, estas foram organizadas numa tabela Excel, identificando em cada uma delas: data da publicação, autor da matéria, título da matéria, vínculo do autor (jornalista, pesquisador, representante de fundações, empresário, professor, outros), e categoria da matéria (editorial, notícia, coluna de opinião, seção temática do jornal, etc.). Em seguida foi elaborado o quadro 1, no qual as matérias foram citadas em ordem cronológica, contando com título, autor e categoria das mesmas, com a finalidade de facilitar a identificação das matérias e o acesso mediante os links citados nas referências deste trabalho.

QUADRO 1 – QUADRO SINÓPTICO DAS MATÉRIAS SOBRE A BNCC PUBLICADAS NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO NO ANO 2015

Nº	Data	Título	Autor	Vínculo	Categoria
1	01/jan	A educação e os novos governantes	Ricardo Henriques	Instituto Unibanco	Opinião
2	17/jan	Ensino além da retórica	Folha de São Paulo	Colaborador da Folha	Opinião
3	10/jun	Australiano visita o Brasil e defende currículo único para as escolas	Flávia Foreque	Colaborador da Folha	Educação
4	15/jun	Ensino não pode ser de religião específica diz conselho	Flavia Foreque	Colaborador da Folha	Educação
5	26/jun	Definição de um currículo nacional causa divergências no governo	Flávia Foreque e Fábio Takahashi	Colaborador da Folha	Cotidiano

<sup>13</sup> Link de acesso a edição online do jornal: <http://www.folha.uol.com.br/>, no qual está disponível todo o acervo da Folha.

6	08/jul	Governo quer antecipar currículo nacional diz ministro	Folha de São Paulo	Colaborador da Folha	Educação
7	09/jul	Ministro diz querer antecipar projeto de currículo nacional	Folha de São Paulo	Colaborador da folha	Cotidiano
8	10/jul	Que plano o governo tem para a educação?	Maria Alice Setubal	CENPEC	Opinião
9	30/jul	MEC lança portal para receber sugestões sobre a Base Nacional Comum Curricular	Flávia Foreque	Colaborador da Folha	Educação
10	05/ago	Agenda urgente do Brasil	Renato Janine Ribeiro, Luiz Claudio Costa e Binho Marques	MEC	Opinião
11	08/ago	Flexibilização é urgente, decisão de São Paulo é legítima	Folha de São Paulo	Colaborador da Folha	Cotidiano
12	22/ago	Especialistas analisam modelos de administração escolar pelo mundo	Folha de São Paulo	Colaborador da Folha	Educação
13	22/ago	Ensino médio não precisa de disciplinas estanques	Fabio Takahashi e Adriano Queiroz	Colaborador da Folha	Cotidiano
14	25/ago	Andar para frente	Priscila Cruz	Todos Pela Educação	Opinião
15	02/set	Escolas precisam de padrões claros, diz executivo do Instituto Itaú	Ricardo Henriques	Instituto Unibanco	Cotidiano
16	02/set	Monitorar alunos é a chave para o sucesso em educação pelo mundo	Andrea Vialli	Colaboradora da Folha	Educação
17	05/set	Para avançar país precisa fortalecer professores e melhorar administração	Maria Helena Guimarães de Castro	Especialista Convidada - Presidente do INEP	Educação
18	05/set	Encontro busca lições nos melhores sistemas de ensino	Fabio Takahashi	Colaborador da folha	Educação
19	05/set	Modelo para o Brasil, currículo australiano demorou 20 anos para ficar pronto conta professor	Fabio Takahashi	colaboradora da folha	Educação
20	05/set	Currículo frágil é apontado como causa da baixa qualidade no ensino médio	Fabio Takahashi	colaboradora da folha	Educação
21	05/set	Currículo sem pressa	Barry McGaw	Especialista convidado	Especial
22	05/set	O nó no ensino médio	Folha de São Paulo	colaborador da folha	Especial
23	11/set	Novo currículo nacional não deve mudar o ENEM	Italo Nogueira	colaborador da folha	Educação
24	14/set	Disputas políticas, greves e cortes paralisam ministro da educação	Gustavo Uribe e Flávia Foreque	colaborador da folha	Cotidiano

25	16/set	MEC lança proposta que define 60% do currículo da educação Básica	Flávia Foreque	Colaborador da folha	Educação
26	17/set	É equívoco tirar a autonomia da escola	Maria M. Sigrist Malavasi	Professora Unicamp	Cotidiano
27	17/set	Currículo tem apoio mas resultado é incerto	Fabio Takahashi	Colaborador da folha	Cotidiano
28	17/set	Não se pode usar Base Nacional como receita	Priscila Cruz	Todos Pela Educação	Educação
29	17/set	Avanço para a educação Básica	Denis Mizne e Camila Pereira	Fundação Lemann	Opinião
30	17/set	Mal avaliado, ensino médio poderá ter currículo flexível	Flavia Foreque	Colaboradora da folha	Cotidiano
31	17/set	Currículo engessado tira autonomia das escolas diz professor da Unicamp	Adriano Queiroz	Colaborador da folha	Educação
32	17/set	A hora e a vez do MEC	Folha de São Paulo	Colaborador da folha	Editorial
33	17/set	Não se pode usar currículo nacional como receita, diz diretora de ONG	Adriano Queiroz	Colaborador da folha	Educação
34	18/set	Padrão para o ensino	Hélio Schwartzman	Colaborador da folha	Opinião
35	26/set	Currículo nacional critica ensino religioso	Flavia Foreque	Colaboradora da folha	Cotidiano
36	11/out	Mercadante defende mais gramática no currículo nacional	Fabio Takahashi	Colaborador da folha	Cotidiano
37	18/out	Educação prioridade das prioridades	Maria Alice Setubal	CENPEC	Opinião
38	18/out	O Brasil precisa pôr a mão nas feridas	Roberto Mangabeira Unger	MEC	Ilustríssima
39	08/nov	Proposta do MEC para história mata temporalidade	Demétrio Magnoli e Elaine S. Barbosa	Colaborador da folha/ Historiadora	Ilustríssima
40	10/nov	Historiador critica visão de história proposta pelo MEC	Carlos Guilherme Mota	Historiador	Painel do Leitor
41	10/nov	Brasil está desmoralizando a educação afirma pesquisador	Rodrigo Russo	Colaborador da folha	Educação
42	12/nov	Brasil criou bomba fiscal na educação diz diretora do banco mundial	Fabio Takahashi	Colaborador da folha	Mercado
43	20/nov	Preconceito na sala de aula	Ricardo Henriques	Instituto Unibanco	Opinião
44	22/nov	Proposta do ministério que altera o ensino de História causa reações	Sabine Righetti	Colaboradora da folha	Educação
45	25/nov	Um pouco de eurocentrismo	Hélio Schwartzman	Colaborador	Colunista

				da folha	
46	28/nov	Se o país fornecesse médicos como fornece professores pacientes morreriam	Ana Estela de Sousa Pinto	Colaboradora da folha	Mercado
47	29/nov	Base frágil	Folha de São Paulo	Colaborador da folha	Opinião
48	30/nov	Editorial sobre base Nacional foi equivocado, diz leitor	Haroldo de Arruda	Leitor	Painel do Leitor
49	06/dez	Educadores veem excessos em nova base curricular brasileira	Ricardo Miotto e Rodrigo Russo	Colaborador da folha	Educação
50	10/dez	Folha promove debate sobre a BNC	Folha de São Paulo	Colaborador da folha	Educação
51	14/dez	Proposta do governo não inclui alfabetização na Educação Infantil	Sabine Righetti	Colaboradora da folha	Educação
52	15/dez	Em debate especialistas questionam prazo para a base comum do ensino	Rodrigo Russo	Colaborador da folha	Cotidiano
53	17/dez	Fissuras na base	Folha de São Paulo	Colaborador da folha	Opinião
54	20/dez	Ensino infantil precisa ter currículo claro, diz assessor de educação Sueca	Fabio Takahashi	Colaborador da folha	Educação
55	24/dez	Projeto curricular muito extenso não é exclusivo do Brasil	Luiza Bandeira	Colaboradora da folha	Educação
56	27/dez	Educação fora da caixa	Folha de São Paulo	Colaborador da folha	Opinião

Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa no jornal Folha de São Paulo, período de 2015.

Em seguida foi elaborada uma análise de conteúdo mais aprofundada das matérias focada em algumas dimensões elaboradas a partir da revisão de literatura e de uma primeira leitura das matérias, quais sejam: autores citados, atores sociais citados, argumentos desenvolvidos, debates explícitos e quando foi necessário, observações adicionais.

Após a coleta, classificação e análise de conteúdo das matérias, construímos quadros e tabelas sintetizando as informações para assim desenvolvermos mais facilmente a análise dos dados, que se expõe nas seções seguintes.

### 3.3 ANÁLISE DAS MATERIASPUBLICADAS

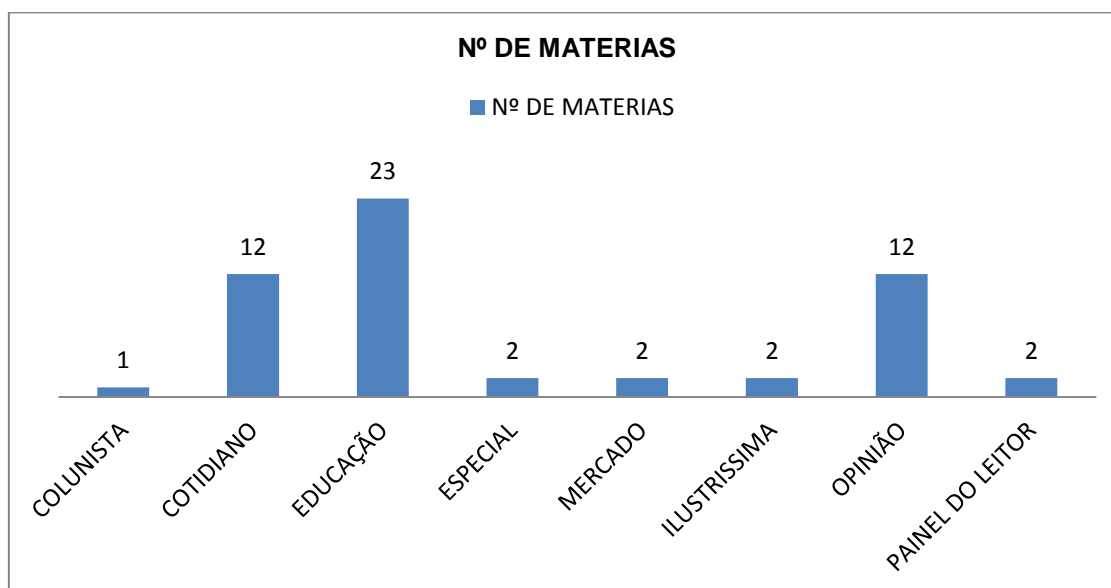
#### 3.3.1 AS MATÉRIAS PUBLICADAS: SESSÕES E TEMÁTICAS

A partir da coleta e classificação das matérias foi realizada a análise de conteúdo das matérias tendo como foco os acontecimentos que envolveram a construção da BNCC, identificando quais foram os atores que emitiram suas opiniões através do jornal neste processo, quais foram seus posicionamentos e qual é o grupo de interesse ou pertencimento desses atores na sociedade.

As 56 matérias publicadas estavam dispostas entre as diversas seções do jornal, distribuídas nas seguintes categorias: Colunas, Cotidiano, Educação, Especial, Mercado, Ilustríssima, Opinião e Painel do leitor (Gráfico 1).

A pesquisa foi aberta para obtermos o maior número de matérias possíveis, desta forma ao analisarmos as seções do jornal (gráfico 1) podemos ver que nas mais diversas seções do jornal ao menos uma vez o tema BNCC foi abordado. O maior número de publicações se concentrou na seção específica que o jornal dedica a discutir temáticas da educação, com 23 matérias. Entretanto, o tema extravasou bastante esse espaço: nas seções “cotidiano” e “opinião” foram publicadas 12 matérias em cada categoria; as outras categorias ficaram entre uma e duas matérias.

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE MATÉRIAS SOBRE A BNCC PUBLICADAS NAS DIVERSAS SESSÕES DO JORNAL (ANO 2015)



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa no jornal Folha de São Paulo, período de 2015.

Na categoria “educação” o tema da BNCC foi levantado como discussão entre especialistas nacionais e internacionais que contribuíram para a construção do documento com seus pontos de vistas e experiências, contando com a participação de diversas instituições não governamentais que estiveram envolvidas neste processo. Também apareceram matérias sobre o MEC e o andamento do processo de construção curricular, eventos, datas previstas para entrega e consulta pública, falas do ministro e de secretários.

Outros temas encontrados na categoria educação foram as possíveis mudanças nas disciplinas a partir desse novo documento. Entre as mais citadas esteve História, que teve uma grande repercussão, pois a partir da BNCC terá um novo recorte não mais voltado para a Europa. Também o ensino de religião nas escolas, visto que o Estado é laico, o que gerou discussão. O engessamento/padronização do currículo também foi posto em discussão.

Na categoria “cotidiano” as discussões foram sobre as divergências do governo frente à BNCC, os problemas enfrentados pelo governo no período como as greves e cortes na área da educação, e os prazos para a construção



do documento. Outro tema foi à padronização/engessamento do currículo com a possível diminuição da autonomia das escolas, e foi citada também a flexibilização do Ensino Médio em São Paulo como legítima e necessária.

Na categoria “opinião” as matérias estavam relacionadas aos novos governantes; durante 2015 houve três mudanças de Ministro da Educação e eles tiveram opiniões diferentes sobre a BNCC e planos diversos para a área da educação. Além disso, nessa seção alguns artigos abordam a fragilidade do documento e da educação brasileira como um todo. Além disso, dentro dessa seção localizamos quatro editoriais. No texto “Fissuras na Base” surge uma forte crítica ao processo de construção da BNCC e ao prazo curto utilizado para tal. Já o editorial “Base frágil”, há também uma crítica ao documento, argumentando-se que, ao invés de esclarecer trará ainda mais complicações, além de afirmar que mesmo sendo espelho de exemplos internacionais de sucesso aqui se construiu um documento muito diferente sem recomendações prescritivas. Por exemplo, o texto diz que “Há uma vaga indicação de que 40% do tempo seria preservado para regionalizar o aprendizado, o que parece exagerado e soa mais como concessão à superestimada autonomia docente” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, s.p). Neste trecho fica evidente que o esperado era um currículo mais rígido que indicasse exatamente o que deveria ser feito, limitando o espaço para que o professor pudesse pensar, criar e/ou inovar em suas práticas. No editorial “A hora e a vez do MEC” é relatada a experiência de Renato Janine como ministro, e mostra também os cortes no orçamento da educação e as suas consequências nas decisões tomadas pelo então ministro. Em “Educação fora da caixa” coloca-se o documento como mal planejado: “a falta de foco e de alvos prioritários bem definidos marca esse documento” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016, s.p). Facilmente notamos as fortes críticas tecidas pela linha editorial do jornal sobre a BNCC, em temáticas como o processo de construção e a nova forma de organização curricular proposta pelo documento.

Na seção “colunistas” a discussão voltou-se para a disciplina de História com a matéria de um filósofo e colunista do jornal, tema igualmente citado nas seções “painel do leitor” e “ilustríssima”. Outra discussão levantada na seção “ilustríssima” é a qualidade da educação e a necessidade reformas.

A BNCC também foi assunto da seção “mercado”, evidenciando uma preocupação sobre o assunto do ponto de vista econômico. Houve uma forte crítica à formação de professores no Brasil na entrevista a Aloísio Mercadante, então ministro.

Na seção “especial”, houve uma matéria relatando a experiência de um especialista, o australiano Barry McGaw, sobre currículo nacional; outro assunto abordado foi o Ensino Médio e as mudanças que a BNCC provocará em sua organização.

No período de 2015 a BNCC passava pelo processo de construção, para o qual o MEC instituiu sua equipe com 14 assessores e 116 especialistas, dentre eles professores, escolas, o CONSED e UNDIME. Em setembro de 2015 a primeira versão do documento foi publicada e, em seguida, aberta a consulta pública. Esta primeira versão foi coordenada pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) foi a responsável pela plataforma interativa, utilizada na consulta pública do documento. Muitas das matérias encontradas na pesquisa falam sobre o processo de construção e o curto tempo utilizado para tal, avaliado em comparação com outras experiências como a da Austrália, a qual levou 20 anos para produzir um documento que o MEC propôs em menos de um ano.

Outra temática frequente é a mudança de Ministro da Educação e as diferentes propostas para a área da educação, pois em 2015 passaram pelo cargo três nomes sendo 02/01/2015 Cid Gomes até 19/03/2015, 06/04/2015 a 04/10/2015 Renato Janine Ribeiro e Aloísio Mercadante 05/10/2015 a 11/05/2016, envolvidos diretamente com o processo de construção da BNCC estiveram Renato Janine Ribeiro e Aloísio Mercadante. Boa parte do processo de construção foi gerido por Renato Janine Ribeiro, mas após a troca de ministro ele mesmo criticou algumas posições do documento quando Mercadante assumiu o cargo.

### 3.3.2 AUTORES DAS MATÉRIAS E ATORES REFERENCIADOS

Os jornalistas da Folha têm autoria em 73% das matérias, o que representa 41 delas. Os autores mais recorrentes não têm uma ligação direta com a área da educação. Fabio Takahashi, formado em jornalismo, que atua há dois anos no jornal e há um ano cobre a área da educação para o jornal em suas matérias articula as experiências internacionais com a BNCC no Brasil; Demétrio Magnoli e Hélio Schwartsman - sociólogos que atuam como colunistas para o jornal, fazem críticas as mudanças no ensino de história e ao processo de construção do documento.

O restante dos artigos são de autores não jornalistas que representam diversos setores sociais, representados pelas fundações e organizações não governamentais, como: Ricardo Henriques da Fundação Itaú Social; Deniz Mizne e Camila Pereira, da Fundação Lemann; Priscila Cruz da organização Todos Pela Educação; Maria Alice Setubal e Anna Helena Altenfelder do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC); Maria M. Sigrist Malavasi professora universitária; Eliane Senise Barbosa e Carlos Guilherme Mota historiadores, e os representantes do MEC<sup>14</sup>. Há, ainda, contribuições feitas pelos leitores do jornal. A participação percentual dos autores jornalistas e não jornalistas se expõe no gráfico 2.

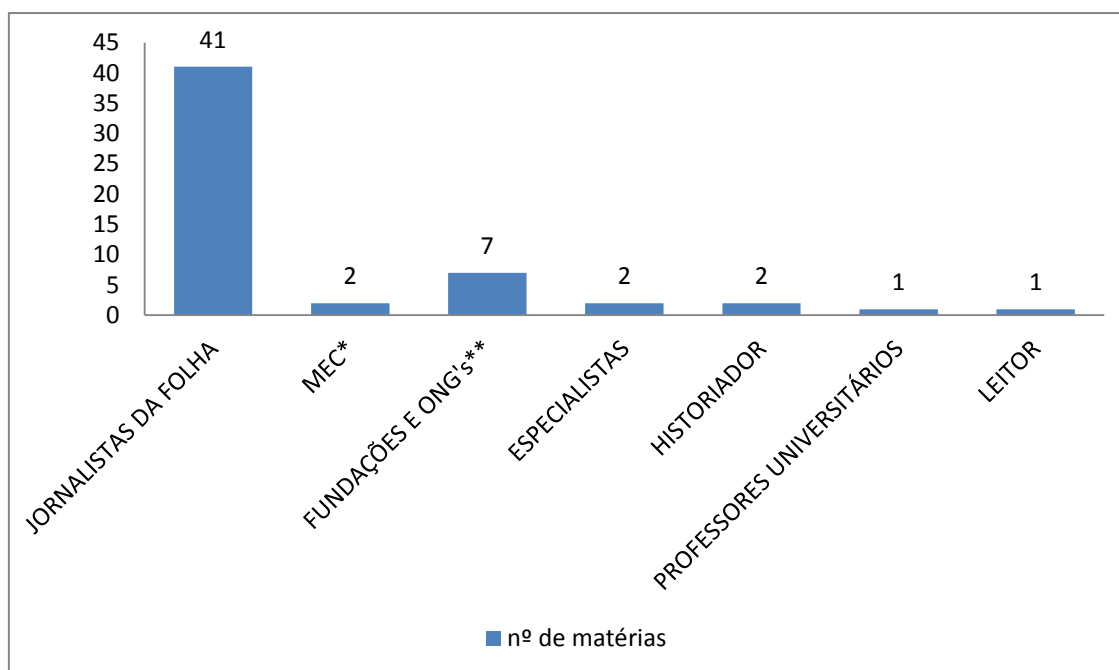
Se analisarmos os autores não jornalistas, é interessante notar que as fundações e organizações - Fundação Itaú/Unibanco, Todos pela Educação, CENPEC e Fundação Lemann - somam 12 % das matérias frente a apenas 2 % de professores universitários e 4 % de “especialistas”<sup>15</sup>. Desta forma, fica evidente que tais fundações procuraram dar visibilidade a seus posicionamentos através do jornal.

---

<sup>14</sup> Renato Janine Ribeiro foi ministro entre 06/04/2015 a 04/10/2015, período de forte debate sobre o documento BNCC e construção da 1ª versão.

<sup>15</sup> “Especialistas” = em sua maioria reformadores empresariais. A maioria dos citados não são do campo da pesquisa em educação ou sequer da educação, são vinculados ao empresariado e à mídia. Eles se dão o nome de especialistas, para ganhar credibilidade com a opinião pública, sendo assim uma conotação ideológica do termo especialista.

GRÁFICO 2 – AUTORES DAS MATÉRIAS SOBRE A BNCC PUBLICADAS NA FOLHA DE SÃO PAULO NO ANO 2015



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa no jornal Folha de São Paulo período de 2015.

\* MEC - Representado pelo Ministro em exercício em agosto de 2015 Renato Janine Ribeiro; secretários Luiz Cláudio Costa e Binho Marques; em outubro/2015 pelo então Ministro Roberto Mangaberia Unger.

\*\* As fundações e ong's envolvidas são: Instituto Unibanco/Itaú Social; Todos Pela Educação; CENPEC; Fundação Lemann.

A forte influência das instituições não governamentais, sendo que algumas são internacionais, neste processo está vinculada aos reformadores empresariais. Esses reformadores visam introduzir no campo educacional a lógica empresarial e tecnicista de organização do trabalho pedagógico. Segundo Freitas (2014) esse pensamento empresarial trazido pelos reformadores empresariais levam ao controle ideológico imposto pelo Estado, padronizando as escolas a uma cultura básica de instrução que deve ser averiguada pelos sistemas de avaliação o que ocasionará em uma política de responsabilização entre aluno, professor e escola, sem considerar qualquer fator social externo que comprometa a aprendizagem do indivíduo; sendo assim reafirma a ideia de meritocracia. Ainda para o autor essas fundações são vistas como “novos colonizadores” que de certo modo oferecem a população mais carente – neste caso aos estudantes de escolas públicas – o acesso a uma boa cultura, se é que podemos considerar uma cultura melhor

que outra. Mas ao mesmo tempo retira a oportunidade e direito de uma formação ampla e contextualizada, impondo os conteúdos das avaliações, visto que o objetivo passa a ser apresentar boas notas para aferir a qualidade do ensino. Esses novos reformadores agem com aparência de inovação, mas na verdade estão exercendo um controle social. Em suas ações passam a ideia de responsabilidade social, mas querem apenas “adaptar a escola às exigências oriundas do mundo trabalho”(FREITAS, 2014, p.1105). Outra questão que merece atenção é o mercado que se abre com essas mudanças curriculares, seja na consultoria, produção e revisão de materiais didáticos, tecnologias, e até a organização do trabalho pedagógico; pois as grandes empresas educacionais estão ganhando força neste campo e atuando com métodos tecnicistas que trarão o retrocesso, além do controle sobre os profissionais da educação a pressão para atingir as “boas notas” nas avaliações, a possível extinção do plano de carreira com a possível privatização do sistema público. Se analisarmos a situação atual da educação pública no Brasil é o próximo passo do Estado.

Estes autores citam em seus textos alguns atores importantes para a construção da BNCC. Apesar de que autores e atores por vezes coincidem, fazemos aqui uma distinção: consideramos “ator”, nesta pesquisa, aos indivíduos e organizações que participam ativamente do processo de construção da BNCC, sejam “especialistas”<sup>16</sup>, professores, fundações, leitores. Os autores das matérias, ao referenciar esses atores os trazem para o debate sobre a BNCC.

Os atores citados nas matérias foram os seguintes: MEC (representado por seus secretários), Ministro da Educação, secretários da educação, Ministro da Secretária de Assuntos estratégicos - SAE, deputados, especialistas, historiador, professores da rede de ensino privada, professores universitários, Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Centro de Estudos, Pesquisas, Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC, Todos Pela Educação, Movimento Pela Base, representante do Vaticano, CONSED, União Brasileira dos Estudantes - UBES, Confederação Nacional da Indústria - CNI, Conselho

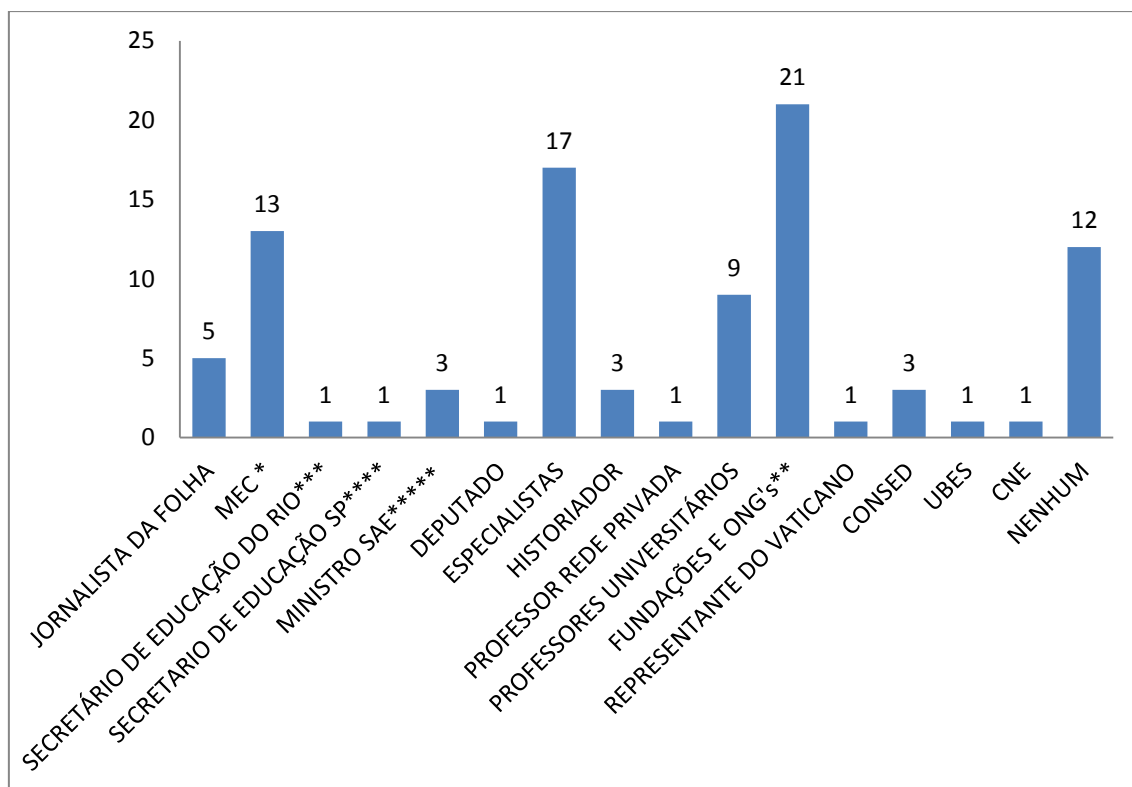
---

<sup>16</sup> Idem ao 16.

Nacional de Educação - CNE, Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER, Instituto Alfa e Beta, Instituto de Trabalho e Sociedade. A frequência em que estes atores foram citados é apresentada no Gráfico 3.

Em alguns casos não foi encontrado nenhum ator na matéria por se tratar de uma visão mais generalizada do assunto ou ser apenas uma matéria de divulgação. Entretanto há casos de matérias em que identificamos mais de um ator, por se tratar de uma matéria que buscava expressar posicionamentos sobre a BNCC e/ou compartilhava experiências sobre o assunto.

GRÁFICO 3 – ATORES CITADOS NAS MATÉRIAS SOBRE A BNCC PUBLICADAS NA FOLHA DE SÃO PAULO EM 2015



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa no jornal Folha de São Paulo, período de 2015.

Nota: mais de um ator pode ser encontrado em cada artigo.

\*MEC – representado por Renato Janine Ribeiro - Ministro no período entre abril e setembro de 2015; Ministro Aloizio Mercadante assumiu em outubro de 2015; Secretários. \*\* Fundações e Organizações Não Governamentais envolvidas: Instituto Unibanco/Itaú Social; Todos Pela Educação; CENPEC; Fundação Lemann; Movimento Pela Base; CNI; INSPER; Instituto Trabalho e Sociedade; Instituto Alfa e Beta. \*\*\*Antonio Neto - secretário de educação do Rio. \*\*\*\* Herman Woorwald - secretário de educação de São Paulo. \*\*\*\*\* Roberto Mangabeira Unger - Ministro da Secretária de Assuntos estratégicos.

Podemos observar no Gráfico 3 que alguns atores, que não tinham força como autores, aparecem referenciados nos textos, emitindo por essa via sua opinião sobre a BNCC. As fundações e organizações privadas de apoio à educação, somam (21) aparições como atores nas matérias, o que lhes confere um espaço significativo para expressar seus posicionamentos na mídia em tela, sendo o ator de mais relevância para o jornal Folha de São Paulo; assim o jornal se coloca a favor visto os posicionamentos aos quais deram mais visibilidade. Seguidos “especialistas”<sup>17</sup> com (17), dos professores universitários (9). É relevante notar que os autores - lembremos que em sua maioria são jornalistas - recorreram a expertos na área educacional – que em sua maioria não tem formação no campo - como informantes qualificados para avaliar a construção do currículo nacional. O Ministério da Educação, seja na pessoa do Ministro, ex Ministros ou outros funcionários, é outro ator de extrema relevância, referenciados 13 vezes, o que resulta obvio tratando-se do órgão público que impulsionou o processo. Somadas,

Além de relevar os atores mais citados no debate sobre o currículo nacional, foi possível constatar uma ausência que chama poderosamente a atenção: a dos professores. Estes, que serão os que lidarão no dia a dia com a mudança curricular proposta, não se constituem em ator com voz e posicionamento próprio no jornal Folha de São Paulo. Apenas um professor, da rede privada foi citado como ator.

### 3.3.3 ATORES<sup>18</sup> E TEMAS EM DEBATE

Como vimos, não apenas os autores guiam as temáticas em discussão, mas também os atores que estes referenciam nos seus artigos. Alguns assuntos foram tratados com mais frequência, indicando os contornos do

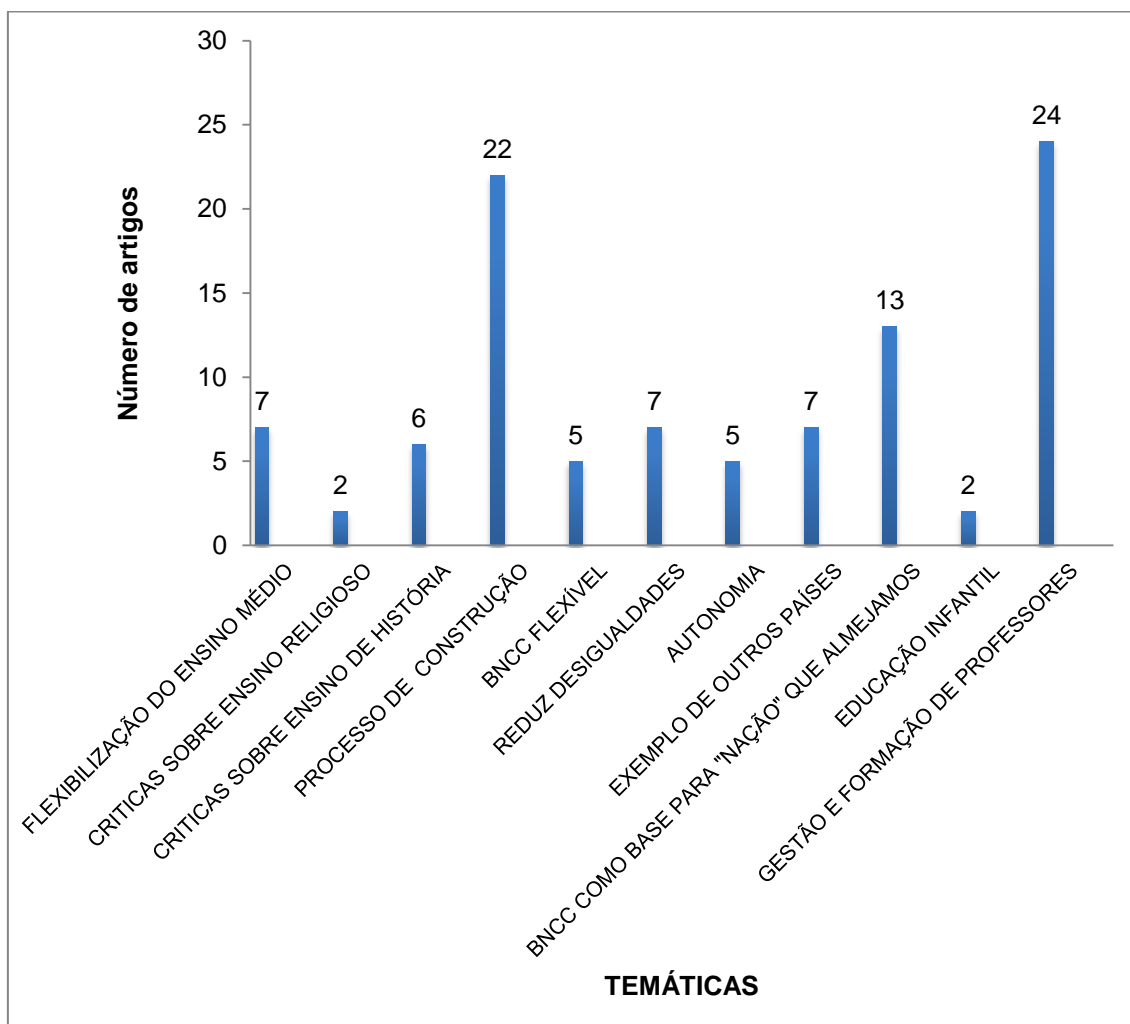
---

<sup>17</sup> Idem ao 16.

<sup>18</sup> Autor nome que assina a matéria na publicação do jornal Folha de São Paulo; já o “ator”, nesta pesquisa, significa um indivíduo que participou ativamente do processo de construção da BNCC, seja um especialista, um professor ou um crítico. Não necessariamente quem redigiu o artigo.

debate sobre a BNCC da Folha de São Paulo. Classificamos as temáticas com maior relevância no Gráfico4.

GRÁFICO 4 – TEMÁTICAS EM DEBATE NAS MATERIAS SOBRE A BNCC PUBLICADAS NA FOLHA DE SÃO PAULO EM 2015.



Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa no jornal Folha de São Paulo período de 2015.

Nota: mais de uma temática pode ser encontrada em cada artigo.

Os dois temas de maior destaque foram gestão e formação de professores – que aparece em 24 matérias – e o processo de construção da BCNN, tratado em 22 matérias. Segue em importância a discussão da relação entre base curricular e país desejado (abordada em 13 matérias). Um conjunto de temáticas fizeram sua aparição de forma mais fragmentada como flexibilização do Ensino Médio, redução de desigualdades e exemplos de



outros países; cada uma dessas temáticas foi encontrada em 7 matérias. As críticas sobre o ensino de história aparecem em 6 matérias; a BNCC como um documento flexível e a autonomia, cada uma foi localizada em 5 matérias. Por fim, com um número pouco expressivo, aparecem a Educação Infantil e as críticas sobre o ensino religioso com apenas 2 matérias cada uma.

Ao analisarmos este gráfico e as temáticas que mais surgem, gestão e formação de professores, processo de construção e a BNCC como base para a nação que almejamos, vemos a preocupação com o futuro da educação brasileira. Pois quem está escrevendo este documento estará indicando o caminho para currículo escolar, mas além disso estará indicando o que e como os cursos de formação de professores devem se organizar, traçando o perfil dos futuros profissionais da educação. Quando a temática “BNCC como base para nação que almejamos” se destaca, vemos que muitos acreditam que esse documento irá nortear o país, pois a educação forma pessoas e pessoas formam a sociedade. Sendo assim, quem escolhe o que está sendo ensinado nas escolas brasileiras, escolhe o tipo de professor que vai atuar e resultado disso é o perfil de indivíduo que a escola irá formar. Outro tema discutido é o “processo de construção”. Muitas das discussões sobre esse tema estão relacionadas com o tempo para a construção da BNCC, um tempo relativamente curto visto que em menos de 6 meses foi apresentada a 1ª versão, sendo que em países como Austrália, país que é tido como exemplo, o currículo nacional levou anos para ser construído.

Com base nos gráficos 3 e 4 foi construída uma relação entre os atores e as temáticas. Na maioria dos artigos encontramos “especialistas”<sup>19</sup> citados, sendo eles expertos em educação, em sua maioria estrangeiros, que relatam suas experiências com o currículo nacional em seus países de origem, como é o caso de Barry McGaw, da Austrália; de Dave Peck e Michael Wilshaw, da Inglaterra; de Christer Tofténus, Ministro da Educação Sueco; e de Mary Jean Gallagher, do Canadá. Os casos desses países, em que o currículo nacional ajudou, segundo os especialistas citados, a melhorar a educação, foram

---

<sup>19</sup> “Especialistas” = em sua maioria reformadores empresariais. A maioria dos citados não são do campo da pesquisa em educação ou sequer da educação, são vinculados ao empresariado e a mídia. Eles se dão o nome de especialistas, para ganhar credibilidade com a opinião pública, sendo assim uma conotação ideológica do termo especialista.

referenciados nas matérias como exemplos para o Brasil. A experiência mais evidenciada foi a da Austrália, sobre a qual o especialista Barry McGaw aparece frequentemente citado ou entrevistado, explicando como foi o processo de construção em seu país, quais as reformulações que foram necessárias, como foi organizado o processo e o tempo que o projeto levou para se concretizar. Em uma entrevista o especialista apresenta sua opinião sobre o projeto brasileiro:

O Brasil deve analisar o que precisa colocar no currículo de matemática, ciência, etc. Mas é ruim ir direto para a elaboração. São importantes documentos prévios, debates. Para nós isso foi importante, assim como ter uma consulta ampla. Não deve haver pressa, o processo em si é importante (TAKAHASHI, 2015, s.p.).

Alguns especialistas brasileiros como Ricardo Paes Barros, especialista em políticas públicas, docente e pesquisador do INSPER; Naércio Menezes Filho, professor da USP e coordenador do centro de estudos de políticas públicas INSPER; e Maria Helena Guimarães de Castro – atualmente secretaria executiva do MEC, ex presidente do INEP, participou do Todos Pela Educação e Instituto Natura, foi membro do Movimento Pela Base Nacional Comum Curricular; discutem prioritariamente nas matérias sobre a gestão da educação e a formação de professores. Ao ser entrevistado, Naércio Menezes Filho critica o documento nas seguintes palavras: "A base peca por ser excessivamente ampla. O ideal seria ter poucos pontos, dando um currículo mínimo. Ao querer abarcar muito, dificulta sua aplicação pelos professores" (MIOTO, RUSSO. 2015, s.p).

Outro grupo de atores importante foram os professores universitários. Uma delas é Maria M. Sigrist Malavasi, atualmente Professora de Pedagogia e de Pós-Graduação da Faculdade de Educação na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, também pesquisadora junto ao LOED: laboratório de avaliação (FE/Unicamp). Atualmente realiza pós-doutorado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto desenvolvendo pesquisa na área de Avaliação Institucional, mais especificamente sobre a

relação família-escola. Malavasi traz temas como a gestão e formação de professores, autonomia, e cita exemplos internacionais. Sobre a autonomia Malavasi (2015) considera que a proposta de currículo feita pelo governo federal é prejudicial pois engessa um percentual muito grande do conteúdo e retirar a autonomia de escolas em um país grande e com muitas diferenças. Em outro comentário, a professora afirma que vivemos um caos educacional e ele tem como um dos grandes equívocos a retirada da autonomia das instituições, e ainda comenta que países de grande qualidade e sucesso na educação como a Finlândia a base da boa educação é a autonomia. Sobre os exemplos internacionais de sucesso, que frequentemente são modelos para o Brasil, comenta: “há países europeus com base curricular nacional. Mas o território muito menor”(MALAVASI, 2015, s.p). Acaba sendo incoerente comparar o Brasil, com uma imensa extensão territorial e diversidade cultural, com países pequenos. Ainda em sua matéria comenta sobre a formação de professores e o processo de construção da BNCC:

nossos governos têm distribuído grande parte do poder de decisão a setores privados. Temos visto lamentavelmente discursos que desprezam o nosso professor, sem dizer por que o nosso professor está mal formado, quando na verdade isso acontece porque os nossos governantes permitem cursos privados de qualidade muito duvidosa (MALAVASI, 2015, s.p).

Quando falamos em gestão e formação de professores umas das críticas mais frequentes é a má formação dos profissionais de educação, mas ao refletirmos sobre as palavras de Malavasi nos deparamos com uma incoerência do MEC, pois os mesmos que fazem críticas a esses profissionais e sua formação são os que autorizam os cursos de baixa qualidade e que formam muitas vezes em menos de dois anos, exigindo o mínimo possível com aulas a distância. Sem dúvidas uma questão que inquieta. O teórico Dourado (2013) em seu discurso pondera que é necessário tomar cuidado com a lógica dos reformadores empresariais e a formação dos professores, pois os mesmos propõem mudanças para os cursos de formação, mas seguindo a lógica mercadológica com que atuam os profissionais serão treinados para seguir apostilas e obter notas nas avaliações, criando assim um sistema de adaptação

e não de criação. O autor ainda considera que é necessária a reformulação dos cursos de formação visando acompanhar as mudanças na sociedade, mas sem cair no tecnicismo, sem privatizar as instituições e sem legitimar os mecanismos de controle social, visando a garantia da valorização profissional e boas condições de trabalho.

Paula Louzano, professora do programa de pós-graduação no Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas em Educação da Faculdade de Educação da USP, e anteriormente vinculada a outras instituições como a Fundação Getúlio Vargas, Fundação Victor Civita, Fundação Lemann, CENPEC, e INEP/MEC. Virgílio Afonso da Silea – professor de Direito da USP, em entrevista ao lado de Paulo Louzano comenta sobre o ensino de religião e as mudanças que a BNCC acarreta. O professor Silea, em entrevista, se coloca contra o ensino de religião afirmando que o Estado deve ser laico: "O ensino de religião na escola altera a laicidade do Estado." (FOREQUE, 2016,s.p). Outro ator que fala sobre este assunto posicionando-se no outro extremo, é o deputado Pastor Eurico (PSB-PE), deputado federal de Pernambuco, em suas palavras: "Alguns querem tirar o ensino religioso [da escola], mas por outro lado há outra religião que querem introduzir: a da desconstrução da fé e daquilo que a pessoa crê. No meu caso, creio em Deus." (FOREQUE, 2016, s.p). Ainda sobre o ensino de religião nas escolas, o representante do Vaticano, Luiz Felipe Corrêa, se pronunciou no jornal Folha de São Paulo, relatando sobre o acordo realizado em 2010 entre o Brasil e o Vaticano o qual prevê o ensino religioso católico e também de outras religiões, nas escolas públicas. "O acordo assegura não apenas o ensino católico, mas igualmente o ensino de outras religiões que o demandem", disse Corrêa. O ensino de religião suscitou muitas discussões, configurando um dos nós do debate do currículo nacional.

Outro assunto foi o processo de construção do currículo nacional e a avaliação da versão em discussão da proposta curricular. Paula Louzano se posiciona afirmando "que o currículo é um avanço para o Brasil. Avalia, no entanto, que faltou mais interligação entre as disciplinas e mais expectativa sobre o que deve ser aprendido em cada ano da vida escolar" (FOREQUE, 2016, s.p). Ainda nas palavras de Louzano "um currículo que nivela para baixo

não ataca a desigualdade. A escola particular vai fazer aquilo e mais"(FOREQUE, 2016, s.p). Observamos nas falas de Louzano uma crítica ao processo de construção do documento e aos rumos aos que levará a educação pública no país.

A professora Ilona Becskeházy, doutoranda em Educação na USP, consultora independente e colunista do boletim Missão Aluno da Rádio CBN e da Revista Gestão Educacional, ex-diretora executiva da Fundação Lemann entre 2002 e 2011. Becskeházy faz críticas à BNCC em entrevista ao lado de Paulo Louzano, indicando que há pouca ênfase na gramática na proposta deste novo documento e ainda afirma que isto foge aos padrões utilizados em casos de sucesso do currículo nacional em países como a Austrália, os Estados Unidos e o Reino Unido. Outro ponto levantado por ambas pesquisadoras é a pouca conexão entre as diferentes disciplinas: “a base nacional não prevê progressão do aprendizado (as atividades propostas têm pouca conexão entre si)” (TASAHAKI, 2016, s.p). Até mesmo o Ministro da Educação, Aloísio Mercadante, em outubro de 2015, considerava que a gramática e a norma culta da língua precisavam ser incorporados na BNCC.

Ainda, fazendo críticas a este processo de construção da BNCC, João Batista Oliveira - presidente do Instituto Alfa e Beto, instituição voltada à alfabetização, comenta: "Do jeito que a proposta está, fica a critério de o professor ensinar o que quiser. Só funcionaria se tivéssemos uma multidão de professores muito bem preparados. Não é o caso" (TASAHAKI, 2015, s.p).

Levantando um assunto que se tornaria um debate de maiores proporções no país, Luiz Roberto Alves, representante do CNE, expressou: "O que espero é que visões distintas e posturas ideológicas não tomem o lugar e imponham à juventude conteúdos e valores que lhes sejam estranhos" (FOREQUE, TAKAHASHI, 2015, s.p).

O ex Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, também foi citado diversas vezes em matérias, em uma delas ao lado de Eduardo Dechamps – representante do CONSED. Janine Ribeiro se mostra a favor da BNCC nas seguintes palavras: “um dos "pontos cruciais" dessa base nacional comum é a maior interação entre diferentes áreas, melhoras na formação dos professores

e melhoria do material didático” (TASAHAKI, 2015, s.p). Com um pensamento semelhante Eduardo Deschamps comenta "A base é como o esqueleto do corpo, o que vai deixá-lo de pé. O que compõe esse corpo vem depois" (TASAHAKI, 2015, s.p). Podemos notar que diferente das especialistas que veem o documento com pouca interação nas diferentes áreas eles apostam que a BNCC levará a uma maior interação.

Ricardo Henriques, um economista português, naturalizado brasileiro, professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense – UFF, e pesquisador especializado em Economia Social, tendo trabalhado com temas como educação, desigualdade, pobreza e distribuição de renda, representa a Fundação Itaú Social/Instituto Unibanco na qual é diretor executivo. Seu nome aparece frequentemente citado na discussão da BNCC sobre temas como a flexibilização do Ensino Médio, o processo de construção do documento, a gestão e formação de professores. O pesquisador afirma que a BNCC reduzirá desigualdades, podendo se tornar um projeto de nação. Este questionamento da BNCC se tornar o projeto de nação é visto com frequência nas matérias. Para o teórico Freitas (2014) também é uma pergunta recorrente, pois devemos refletir sobre qual é o projeto de nação que queremos para nossos jovens? Buscando que a educação cumpra seu papel emancipador, o referido autor afirma que a boa educação exige uma matriz alargada e não deve restringir as possibilidades de formação. Não se pode reduzir a educação de um país ao ensino técnico e padronizado, o currículo nacional deve respeitar a diversidade e buscar a formação integral e humana da sociedade.

Para Henriques (2015) o papel fundamental da educação está na diminuição das desigualdades sociais e na ampliação de oportunidades. Segundo Cossio (2014), além da redução de desigualdades, o projeto deve ser democrático, considerando que a vulnerabilidade social é considerada a causa da má qualidade da aprendizagem fazendo com que um ciclo de exclusão e pobreza se perpetue. Uma BNCC que deve orientar o currículo, diminuir o número de disciplinas obrigatórias e oferecer ao aluno opções de matérias pautadas na ciência, tecnologia, comunicação e informação podem promover uma grande transformação no ensino médio, tornando a escola mais atrativa. Lembrando Freitas (2014), as fundações, como Fundação Lemann, Todos

Pela Educação, CENPEC, Itaú Social entre outras que estão envolvidas na construção da BNCC são “novos colonizadores” que introduzem a ideia de que querem levar uma “boa cultura e/ou educação” para a população mais carente com um caráter de responsabilidade social, mas acabam por retirar o direito de formação ampla e contextualizada destes indivíduos reduzindo sua formação ao básico, exemplo disto é a flexibilização do Ensino Médio. Nada mais é, que o reflexo da sociedade capitalista que vem exercendo controle sobre a sociedade que vive alienada as exigências do mundo do trabalho, da formação técnica e rápida dos jovens para ingressar no mercado de trabalho o mais breve possível. Henriques considera que precisamos pensar e projetar a sociedade do amanhã e fazer mudanças estruturais que somente a educação pode gerar, garantindo ensino de qualidade que promova o desenvolvimento das atuais e novas gerações. As Fundações Itaú, junto com a Fundação Lemann, estiveram fortemente envolvidas no processo de construção da BNCC.

A Fundação Lemann tem como porta-vozes nas matérias analisadas Denis Mizne, diretor executivo da fundação, advogado, também membro da Fundação Roberto Marinho e Camila Pereira, diretora de projetos, jornalista, desde 2009 na fundação e atualmente liderando a área de políticas públicas. A Fundação Lemann apresenta a ideia de que a BNCC permitirá um alinhamento entre a formação docente, o material didático e a avaliação de estudantes, além de diminuir desigualdades educacionais. Concebe a BNCC como uma ferramenta de apoio entre professores, alunos e pais e deve propor uma educação de qualidade construída em conjunto. O modelo de currículo nacional já foi implementado em vários países que alcançaram melhorias na educação com este sistema, e a Fundação esteve presente.

Outra organização não governamental neste processo é Todos Pela Educação, representado por Priscila Cruz, a qual declarou que as escolas precisam ir além do currículo mínimo proposto, devem tomar cuidado para que a BNCC não se torne o máximo nas escolas da rede pública, visto que as escolas privadas sem dúvidas irão além. Considera a BNCC como a garantia de que as crianças vão aprender.

Em diversas matérias são citados representantes do MEC, sendo: Manuel Palácios, secretário Educação Básica; Luís Carlos de Menezes, assessor e integrante do corpo de especialistas da SEB/MEC para a elaboração da BNCC; Hilda Micarello, uma das professoras que participaram do processo de construção da BNCC; Binho Marques e Luiz Claudio da Costa, secretários do MEC. De forma geral, segundo o MEC a educação brasileira necessita de cooperação federativa mais efetiva, que precisa ser construída através de pactos e compromissos comuns. A BNCC apresenta este aspecto de pacto interfederativo. O MEC apresenta a BNCC como o documento para orientar a formação docente, os processos de avaliação da aprendizagem, as condições necessárias para o funcionamento das instituições de ensino, a valorização profissional, a avaliação institucional e a gestão democrática. Assim como a BNCC é uma das proposições do PNE, o PNE também determina a instituição do SNE que deve articular e dar coerência à educação, e funciona como um órgão fiscalizador da educação. Aspectos apontados como positivos pelo MEC e seus representantes, mas quando analisados pelos pesquisadores da educação, vão na contramão de uma educação democrática. Assim, para Macedo (2015), um currículo nacional é mais que uma disputa de classes por conhecimentos considerados como legítimos, está mais para uma disputa do Estado pelo controle da educação. Nesse processo, o Estado monta um conjunto de mecanismos (PNE, BNCC, SNE e as avaliações) para controlar o que será ensinado, logo os resultados das avaliações que resultam no indicativo da qualidade. Com uma crítica ainda mais intensa, Gabriel (2015), comenta que instituição da BNCC significa o apagamento de estudos sobre currículo das últimas três décadas, para assegurar a construção do SNE que resultará na centralização curricular. Para a autora se trata de uma centralização curricular velada por um pacto federativo, seguida de outras políticas públicas como a reformulação dos cursos de formação de professores e privatização dos órgãos públicos. Um caminho sem volta que está tornando a educação do país em uma grande empresa, as escolas brasileiras passam a funcionar de acordo com lógica empresarial que resultará em rankings e classificações. Fernandes (2015), apoiado nas teorias de Ball, levanta questões da meritocracia, visto que vivemos em uma sociedade marcada por profundas desigualdades, pois ao



instituir a BNCC e SNE cria-se um sistema de premiações para professores e escolas, e como resultado disso, há punições para aquelas que não atingirem o esperado nas avaliações. Além do que, no Brasil, as políticas públicas parecem mais serem adotadas por imposição política e econômica do que para buscar melhorias para os problemas educacionais.

Em um de seus comentários para o jornal Luís Carlos de Menezes, assessor e integrante do corpo de especialistas da SEB/MEC para a elaboração da BNCC, comenta sobre o processo de construção da BNCC, afirma que o resultado foi positivo e comenta que "não é fácil definir o essencial, e creio que nosso esforço transcendeu o objetivo" (MIOTO, RUSSO. 2015, s.p).

O processo de construção foi um dos temas mais discutidos pelo Secretário de Educação de São Paulo, Antônio Neto, que também se manifestou sobre o assunto no jornal Folha de São Paulo se colocando à favor da BNCC, considerando que ela "é um primeiro passo importante, um divisor de águas. A base cria a possibilidade de redução das desigualdades entre as escolas" (FOREQUE, 2015, s.p).

Enquanto muitos acreditam que a BNCC é o caminho para o sucesso da educação brasileira, a autora da área da educação Sünssekind (2015) avalia que um currículo nacional é uma forma mecânica e autoritária, que o processo de construção baseado em um número mínimo de especialistas é vago, pois desconsidera tudo que foi construído historicamente e localmente pelos indivíduos sem respeitar as suas diversidades. Para a autora, esse currículo nacional tende desvalorizar um e legitimar o outro, reforçando as desigualdades e exclusões sociais e culturais. Outro teórico da educação, Pereira (2015) considera o documento como um processo autoritário que propõe autonomia apenas teoricamente, pois este currículo nacional está sendo construído de cima para baixo, como já foi mencionado, apagando tudo que for local, para focar nos conhecimentos considerados legítimos pelos especialistas, podendo fazer com que se deixe de lado a democracia e autonomia das escolas brasileiras. Sünssekind ainda atenta para o fato de que a BNCC pode se tornar uma arma social para homogeneização da sociedade através da escola, pois as discussões e processo de construção de forma geral

são geridos por grandes programas e organizações financeiras e mesmo que de forma oculta estão inserindo seus pensamentos mercadológicos e interesses econômicos na área da educação.

Maria Alice Setubal, representante do CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1987. Tem como objetivos o desenvolvimento de projetos, pesquisas e metodologias voltadas à melhoria da qualidade da educação pública e a incidência no debate público. O centro esteve envolvido no processo de discussão e elaboração da BNCC, contribuindo com pesquisas e críticas sobre o documento. O grupo CENPEC se coloca a favor da BNCC, pois acredita que o documento irá garantir o direito de acesso a uma educação de qualidade para todos. Ao lado da Fundação Lemann, o grupo CENPEC produziu entre o final de 2013 e o início de 2014 o estudo "*Consensos e Dissensos sobre a Base Nacional Comum Curricular*"<sup>20</sup>, este estudo tem por objetivo conhecer as posições de profissionais e especialistas da educação sobre a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e os processos de centralização e padronização curricular. Além disso, visa contribuir para a qualificação do debate nacional sobre o tema.

Setubal (2015) afirma que é necessário dar continuidade ao PNE e as políticas vinculadas: formação de professores, BNCC e o SNE, pois um currículo sozinho não gera mudanças, ele precisa articular as novas formas de ensinar e aprender, conectando o conhecimento ao cotidiano, às novas formas de inserção no mundo do trabalho e ao mundo globalizado (SETUBAL, 2015, s.p). A representante do CENPEC enxerga na BNCC uma mudança positiva em todo o sistema educacional como podemos ver.

As mudanças no ensino de história repercutiram muito, seja no processo de construção da BNCC como na mídia e até mesmo Janine Ribeiro, que exerceu o cargo de Ministro no período de construção do documento, critica a visão de história que foi plasmada no documento. Em suas palavras: "a História

---

<sup>20</sup> A pesquisa completa pode ser encontrada no link: <[http://ftp.cenpec.org.br/com/portalcenpec/biblioteca/Consensos e Dissensos Relatorio Pesquisa\\_Cenpec\\_Final.pdf](http://ftp.cenpec.org.br/com/portalcenpec/biblioteca/Consensos_e_Dissensos_Relatorio_Pesquisa_Cenpec_Final.pdf)>.

deve se basear, em ensinamento crítico, mas sem descambar para ideologia" (MAGNOLI. BARBOSA. 2015, s.p). O Ministro Mercadante também se coloca contrário a esse novo recorte das disciplinas de história. A grande crítica em torno da disciplina se dá por abandonar a temporalidade em prol de certa noção de cultura, dessa forma, a BNC bane a ideia de história em construção e apaga dos livros didáticos as páginas consagradas à formação das modernas sociedades ocidentais. Segundo os críticos a disciplina perderia a temporalidade; segundo Janine "não havia, na proposta, uma história do mundo" (MAGNOLI. BARBOSA. 2015, s.p).

Ainda sobre as mudanças na disciplina de História Elaine S. Barbosa – historiadora, em conjunto com Demétrio Magnoli escrevem uma matéria sobre o assunto e comentam:

perigos de abolição da história da Base Nacional Comum Curricular proposta pelo Ministério da Educação.[A abolição da história]constitui um alerta grave contra mais esse erro que nos inflige a tal Pátria Educadora. A proposta retira de nossos alunos a possibilidade de obter, de fato, com auxílio de seus professores, estudos básicos para sua formação, que precisa ser baseada em sólida visão dos processos, estruturas e sistemas históricos que desembocam na situação atual dos Estados, sociedades e culturas (MOTA, 2015, s.p).

Outro ator que comenta as mudanças na disciplina de História é Silvio Freira – diretor do Ensino médio do Colégio Santa Maria em São Paulo – nas seguintes palavras “no entanto, se quisesse excluir Idade Média do currículo de história, por exemplo, eu teria liberdade para fazer isso, mas na prática não seria possível a exclusão visto que o assunto aparece em vestibulares e exames nacionais” (RIGHETTI, 2015,s.p). Esta questão que Freire levanta nos faz a refletir sobre o currículo oculto que os vestibulares trazem para a escola, sendo assim surge uma preocupação, visto que em escolas privadas, como ele mesmo afirma, sem dúvidas os assuntos não seriam excluídos visando os vestibulares mas sim na escola pública, onde está a maioria de nossos jovens e que muitas vezes não têm a oportunidade de estudar fora de sala de aula. Se a escola não estiver preocupada com questões como esta, estes milhões de jovens estariam prejudicados e possivelmente ainda mais longe da porta de

entrada da universidade de qualidade. Apple (1992) afirma que um currículo nunca é neutro, e que o correto a se fazer é refletir sobre quem ganha e quem perde com as mudanças curriculares, pois os conhecimentos escolhidos por um pequeno grupo excluem ou incluem todo o resto da sociedade.

Uma temática pouco comentada no jornal, no período de pesquisa, foi a Educação Infantil. O especialista sueco Christer Tofténus - o currículo nacional da Suécia também é tido como exemplo para o brasileiro -relata que o currículo sueco é explícito ao afirmar que habilidades as crianças devem ter e o proposto na BNCC é genérico. Segundo o documento brasileiro as crianças "devem participar da resolução de problemas cotidianos que envolvam quantidades, medidas, dimensões, tempos, espaços, comparações, transformações, hipóteses", sem citar exatamente o que devem aprender em cada uma das ações (TAKAHASHI, 2015, s.p). Além disso, na Suécia é exigida uma formação específica para lecionar no ensino infantil um curso superior de 3 anos; já no Brasil uma licenciatura em pedagogia que visa formar para atuar desde a educação infantil até o 5º ano, também em geral 3 anos de curso. Ainda nas palavras de Tofténus "se você desperta a curiosidade da criança, ela deslancha"(TAKAHASHI, 2015, s.p), dessa forma o currículo nacional sueco não espera alfabetizar na educação infantil mas aguçar os sentidos das crianças e proporcionar as mais diferentes atividades e oportunidades de agregar conhecimento.

Já para Denis Mizne, da Fundação Lemann, a alfabetização deve acontecer na educação infantil. Este ator comenta que "não podemos ter medo de perder o lúdico ao incluir a alfabetização no ensino infantil" (RIGHETTI, 2015, s.p). Ainda segundo Mizne a questão da alfabetização iniciar apenas após os seis anos é mais grave que as questões sobre o novo recorte da disciplina de História, pois falta na BNCC, na seção que trata da Educação Infantil, explicitar os objetivos de aprendizagem que tratam da leitura e escrita.

### 3.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

No capítulo apresentado expomos a pesquisa e análise dos dados coletados nas matérias do jornal Folha de São Paulo, no ano 2015, que envolviam a temática da BNCC. Em suas matérias o jornal mostrou pontos de vista através de entrevistas e artigos, alguns escritos pelo próprio ator, outras vezes por jornalistas da Folha. Após a coleta e identificação destes dados foi realizada a classificação dos mesmos; sendo autor da matéria, ator citado, e temática que apareceu com maior frequência. Com base nesses dados e nos gráficos criados para melhor representá-los, foi estabelecida uma relação entre temática, ator e os teóricos da área da educação que comentaram sobre o assunto.

O mapeamento dos dados mostrou claramente que os atores sociais que mais tiveram representatividade na discussão sobre a BNCC na Folha de São Paulo foram: as fundações ligadas a empresas e bancos, e organizações não governamentais (Fundação Lemann, CENPEC, INSPER, Todos Pela Educação, Fundação Itaú, Movimento Pela Base, INSPER, CNI e Instituto Alfa e Beto), somando 23% das matérias; com um número também significativo os “especialistas”<sup>21</sup> nacionais e estrangeiros com 18% (Dave Peck, Barry McGaw, Christer Tofténus, Maria H. Guimarães de Castro, Naércio M. Filho e Ricardo Paes de Barros) – nota-se que quando tratamos dos especialistas os brasileiros, sem nenhuma exceção existe um vínculo muito forte em especial com o Instituto INSPER, reforçando o peso das perspectivas aliadas a setores das classes altas, seja mediante suas instituições de educação superior elitistas, grandes fundações e organizações não governamentais; seguidos dos professores universitários (Paula Louzano, Virgílio Silea e Maria M. S. Malavasi) com 10%.

O destaque das fundações e ONGs se reforça uma vez que elas também constituem o principal grupo de autores de matérias no jornal, descontadas as matérias escritas pelos próprios jornalistas. As fundações e ONGs se colocam a favor da BNCC, justificando que a política do currículo

---

<sup>21</sup> Idem ao 20.

único reduzirá desigualdades sociais e culturais e garantirá o direito à educação. Consideram o currículo nacional como parte essencial de um projeto de nação para o país. Ademais, estes atores acreditam que a BNCC promoverá um alinhamento na formação de professores, materiais didáticos e no processo de avaliação dos alunos. Mesmo se colocando a favor da proposta, estes atores, por vezes, manifestam críticas tais como o curto prazo de construção do currículo nacional e o fato da proposta não ser mais prescritiva e detalhada. Estas organizações ainda afirmam a necessidade das políticas que visam dar continuidade ao documento e a nova organização educacional brasileira, como: PNE, Sistema Nacional de Educação – SNE, órgão que deve fiscalizar as instituições educacionais, os sistemas de avaliações e programas premiação para professores vinculados aos resultados nas avaliações, conformando um mecanismo de controle para a educação.

O jornal Folha de São Paulo se coloca como um autor ativo neste processo, com um número expressivo de matérias assinadas por seus jornalistas, sendo 41 das 56 notícias analisadas. Cada artigo citava um ou mais atores (especialistas, representantes do MEC, representantes de fundações, Ministros e professores) para sustentar seus argumentos. Desta forma o jornal valorizou as experiências internacionais como exemplos para a construção do currículo nacional; criticou o curto prazo para construção da BNCC e também fez algumas reflexões sobre as mudanças na disciplina de história. De forma não explícita, o jornal se posiciona a favor da mudança curricular proposta, priorizando o posicionamento das fundações e organizações não governamentais, as mais envolvidas neste processo.

Um fato que chama atenção é que em momento algum o jornal expôs a opinião de um professor da rede pública; somente um professor de Ensino Médio é citado mas é representante da rede privada de ensino. Considerando que a rede pública será a mais amplamente afetada com a implantação da BNCC, a opinião dos profissionais que atuam neste setor seria de grande importância, pois são estes indivíduos que concretizarão ou não este currículo nacional em sala de aula. Mesmo os professores universitários são pouco consultados sobre o tema pelo jornal.

Já para os pesquisadores da educação que comentam sobre o documento podemos notar um olhar mais crítico e reflexivo, contrário ao documento e à padronização seguida de outras consequências para a educação brasileira, questionando pontos que são valorizados de forma positiva pelas fundações. Sussekind (2014) chega a comparar a BNCC com uma arma social de homogeneização, considerando que se trata de um processo gerido por grandes empresas e programas não governamentais e internacionais – em alguns casos -que visam inserir seus ideais mercadológicos e tecnicistas na educação brasileira. Os mecanismos de controle que são valorizados pelas fundações podem ser vistos como um novo mercado educacional criado com a produção de novos materiais didáticos, consultorias educacionais e até mesmo a possibilidade de privatização de todas as instituições públicas, o que já está em discussão e pode ser o próximo passo a ser sugerido pelas grandes empresas.

O documento que está sendo proposto como currículo nacional nada mais é que a centralização, padronização e engessamento curricular - sendo que para as fundações a BNCC deveria ser ainda mais prescritiva - e ainda sendo gerido por fundações e organizações não governamentais que se alinham com os grandes grupos econômicos do país, e primam pela adequação dos jovens brasileiros no mercado de trabalho apenas com uma preparação técnica, fazendo com que os professores reduzam suas aulas a necessidade de obter boas notas nas avaliações nacionais, que levaram o sistema educacional a criar rankings e premiações reforçando a ideia de meritocracia. Pensando nestes pontos, ao invés de reduzir desigualdades sociais, a BNCC pode tender a estimular o ciclo de exclusão e abandono da escola.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa foi analisar os posicionamentos sobre a BNCC divulgados pelo jornal Folha de São Paulo, um meio de comunicação de massas influente no país, ao longo do ano 2015. Através de tais posicionamentos foi possível identificar quais interesses foram representados na discussão na mídia e se houve privilégio de algum posicionamento. A pesquisa hemerográfica desenvolvida permitiu captar a visibilidade pública que o jornal trouxe para determinadas opiniões sobre esta política educacional em construção, e inferir, mediante a análise dos autores e atores presentes e seus argumentos, o sentido no qual o jornal orientou sua capacidade de formar a opinião pública.

A partir da revisão bibliográfica realizada no Capítulo II sobre a questão curricular no decorrer da história educacional brasileira evidenciamos que, desde os anos 80, a discussão sobre um currículo nacional vem sendo pautada. Direcionamentos sobre um currículo nacional foram incorporados na Constituição de 1988 e na LDB de 1996, mas uma aproximação mais concreta ocorreu apenas em 2014 com a formulação do PNE, e em 2015 com a elaboração da primeira versão do mesmo, objeto de nossa análise.

A revisão de literatura permitiu identificar uma forte influência internacional, das fundações empresariais e de organizações não governamentais neste processo; influência esta que foi corroborada pela nossa pesquisa, exposta no Capítulo III. No âmbito nacional, essas organizações possuem experiência com o tema e vem ganhando espaço e força dentro do sistema educacional brasileiro, seja público ou privado, fornecendo materiais didáticos, cursos de formação, consultorias educacionais, serviços de gestão e organização do trabalho pedagógico.

Ainda nesse capítulo relatamos diversos posicionamentos de pesquisadores da área da educação sobre a proposta de currículo nacional, o processo de construção, o que foi considerado relevante pelo MEC e pelos especialistas e as consequências da implementação da BNCC. De forma geral,



os pesquisadores da educação se colocam contra a BNCC, o engessamento do processo educacional que este currículo pode gerar, criticam o processo de construção e os atores envolvidos; enfatizando a necessidade de um currículo democrático, diversificado que respeite as diferenças sociais e culturais sem considerar como legítimo apenas um recorte do conhecimento e/ou da cultura. Os pesquisadores ressaltam a importância de pensar o currículo a partir de uma discussão sobre a nação que queremos construir, a sociedade que queremos formar e quem irá ganhar com essas mudanças.

No capítulo III examinamos as matérias publicadas no jornal Folha de São Paulo no ano de 2015. Notamos que as matérias do jornal mostraram diversos posicionamentos através de entrevistas e artigos, seja escritos pelos jornalistas da Folha de São Paulo ou por outros atores. Identificamos os autores, atores e temáticas que foram relatadas com mais frequência no jornal no período da pesquisa.

As matérias escritas pelos jornalistas da Folha –a maioria- valorizam as experiências de sucesso internacionais com o currículo nacional, além de supervalorizar a visão das fundações e organizações não governamentais. Notamos que os posicionamentos de professores da educação básica e da rede pública de ensino em nenhum momento são mencionados pelo jornal.

No que tange a outros atores que assinam matérias, os mais encontrados, com 23%, foram as fundações e organizações não governamentais que se colocam a favor da BNCC. Os argumentos colocados enfatizam que o currículo nacional reduzirá desigualdades sociais e culturais, garantirá o direito à educação, constituirá um projeto de nação para o país, e contribuirá a melhorar a formação de professores, os materiais didáticos e o processo de avaliação dos alunos. O único ponto criticado foi o curto prazo de construção do documento e o fato da proposta não ser mais prescritiva e detalhada quanto esperado por eles. Ainda, as organizações reafirmam a necessidade de articulação das políticas públicas PNE, BNCC, Sistema Nacional de Educação com o fim de aperfeiçoar o controle do sistema, incluindo a fiscalização das instituições educacionais, os sistemas de avaliações e os programas premiação para professores.

Ainda com base na análise realizada no terceiro capítulo notamos que os pesquisadores da educação têm um olhar mais crítico sobre a proposta da BNCC, manifestando-se de forma contrária ao documento e à padronização. Argumentam que a BNCC terá consequências negativas para a educação brasileira, questionando alguns pontos considerados positivos pelas fundações. As principais críticas são: a BNCC não reduzirá as desigualdades, pois um grupo pequeno de especialistas elaborou uma proposta curricular que considera apenas um tipo de conhecimento legítimo, sem levar em consideração a construção histórica e local. Como ressalta Sussekind (2014) o currículo nacional pode vir a ser uma arma de homogeneização social; os responsáveis pelo documento dizem se tratar de um currículo democrático de formação integral e humana, mas o currículo oculto ter por objetivo uma formação tecnicista e mercadológica influenciada pelas grandes empresas e programas financeiros. Com a instituição da BNCC os mecanismos de controle fortalecem a ideia de meritocracia. Pensando sobre estes argumentos, a BNCC poderá estimular o ciclo de exclusão, podendo a escola se tornar um funil social para jovens menos favorecidos.

Os reformadores empresariais enfatizam que a BNCC será a salvação dos sistemas educacionais brasileiros, mas seus interesses vão além. Com a implementação do currículo nacional um mercado educacional se abre com a produção de novos materiais didáticos, consultorias educacionais e até mesmo a possibilidade de privatização do sistema público de educação (gestão e profissionais).

Por fim ponderamos que a BNCC, tal como proposta no documento em consulta pública, poderá tender a reproduzir a meritocracia, sistemas de premiação, rankings; reforçando as desigualdades educacionais, sociais e culturais. Sem dúvidas um currículo nacional será implementado, o que precisamos agora é de tempo para chegar a um consenso e propondo um documento passível de adaptação e renovação para acompanhar as mudanças da sociedade e suas necessidades; sendo um currículo flexível e inovador, do contrário estamos apenas solidificando os mecanismos de controle.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, C. B. M.; SILVA, M. R. **Reformas para quê? As reformas educacionais nos anos 1990.** Perspectiva, Florianópolis, v. 26, n.2, 523 – 550, jul/dez. 2008.

APPLE, M.W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: MOREIRA, A.F.; SILVA, T.T. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade.** São Paulo: Cortez, 1994. p.59-91.

ARRUDA, H. H. Editorial sobre Base Curricular foi equivocado, diz leitor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30/11/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/11/1712747editorialsobrebasescurricularfoiequivocadodizleitor>. Shtml>, acesso em: 02/06/2016;

BANDEIRA, L. Projeto curricular muito extenso não é exclusivo do Brasil', diz especialista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24/12/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1722983projetocurricularmuitoextensonaoexclusivodobrasil dizaespecialista.Shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo, edição 70, 2011;

BRASIL, Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular.** Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCCAPRESENTACAO.pdf>>. Acesso em: 07/05/2016.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular.** Brasília/ DF. 2º versão/ maio de 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 05/08/2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal.** Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/01\\_02\\_2010\\_13.39.05.85b72235f860536bcb82c3463914f15d.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/01_02_2010_13.39.05.85b72235f860536bcb82c3463914f15d.pdf)>. Acesso em 24/08/2016.

\_\_\_\_\_. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

CASTRO, M. H. G. ANÁLISE: Para avançar, país precisa de professor forte e boa gestão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1677877paraavancarpaisprecisafortalecerprofessoremelhoraradministracao.Shtml>>, acesso em 02/06/2016;

CÓSSIO, Maria de Fátima. **Base Comum Nacional: uma discussão para além do currículo.** Revista E-Curriculum, vol. 12, núm. 3, p. 1570-1590. São Paulo, out.-dez, 2014.

CRUZ, P. Priscila Cruz: Andar pra frente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25/08/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/08/1672986andarprafrente.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

DOURADO, Luiz Fernandes. **A formação de professores e a base comum nacional :questões e proposições para o debate.** RBP AE - v. 29, n.2, p. 367-388, mai/ago. 2013.

GABRIEL, Carmen Teresa. **Quando “nacional” e “comum”adjetivam o currículo da escola pública.** Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 283-297, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 16/07/2016.

FERNANDES, Claudia de Oliveira. **Avaliação, currículo e suas implicações** Projetos de sociedade em disputa. Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 397-408, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>, acesso em: 28/06/2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Editorial: Base frágil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29/11/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/11/1712422basefragil.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016.

\_\_\_\_\_. Editorial: Educação fora da caixa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27/12/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/12/1723248educacaoforadacaixa.Shtml>>, acesso em 02/06/2016.

\_\_\_\_\_. Editorial: Fissuras na base. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17/12/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/12/1720066fissurasnabase.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016.

\_\_\_\_\_. Folha promove debate sobre base curricular nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10/12/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1717171folhapromovedebate sobrebasecurricularnacional.Shtml>>, acesso em 03/06/2016;

\_\_\_\_\_. O nó no ensino médio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/231878ononoensinomedio.Shtml>>, acesso em 03/06/2016;

FOREQUE, F. Currículo nacional critica ensino religioso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/234425curriculonacionalcriticaensinoreligioso.shtml>>, acesso em: 06/06/2016;

\_\_\_\_\_. Mal avaliado, ensino médio poderá ter currículo flexível. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/233327malavaliadoensinomediodopoderatercurriculoflexivel.Shtml>>, acesso em 02/06/2016;

\_\_\_\_\_. MEC lança proposta que define 60% do currículo da educação básica nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1682470meclancapropostaquedefine60docurriculodaeducacaobasicanacional.Shtml>>, acesso em: 06/06/2016;

\_\_\_\_\_. MEC lança portal para receber sugestões de currículo nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30/07/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/07/1662427meclancaportalpararecebersugestoesdecurriculonacional.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

\_\_\_\_\_. Australiano visita o Brasil e defende currículo único para as escolas do país. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10/06/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1640482australianovisitaobra siledefendecurriculounicoasescolasdopais.shtml>>, acesso em 06/06/2016;

\_\_\_\_\_. TAKAHASHI, F. Definição de currículo nacional provoca divergências no governo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26/06/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/224041definicaodecurriculonacionalprovocadivergenciasnogoverno.Shtml>>, acesso em 03/06/2016;

\_\_\_\_\_. Ministro diz querer antecipar projeto de currículo nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09/07/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/225514ministrodizquereranteciparprojetodecurriculonacional.Shtml>>, acesso em:02/06/2016;

\_\_\_\_\_. editorial: A hora e a vez do MEC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/09/1682716ahoraeevezdomec.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

\_\_\_\_\_. Especialistas analisam modelos de administração escolar pelo mundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22/08/2015. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/08/1671502gestaoescolar.Shtml>>, acesso em 03/06/2016;

\_\_\_\_\_. Ensino não pode ser de religião específica, diz conselho de educação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15/06/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1642391ensinonaopodeserdereligioespecificadizconselhodeeducacao.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os Reformadores Empresariais da Educação**. Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez, 2014.

HENRIQUES, R. A educação e os novos governantes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01/01/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/202340aeducacaoeosnovosgovernantes.shtml>>, acesso em 03/06/2016;

\_\_\_\_\_. Escolas precisam de padrões claros, diz executivo do Instituto Unibanco. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tv/cotidiano/2015/09/1677138escolasprecisamdepadroesclarosdizexecutivodoinstitutounibanco.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

\_\_\_\_\_. RICARDO HENRIQUES: Preconceito na sala de aula. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20/11/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/11/1708745preconceitonasaladeaula.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

\_\_\_\_\_. Flexibilização é urgente, e decisão de SP é legítima. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08/08/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/228712flexibilizacaoeurgenteedecisaoadespelegitima.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

JANINE, R. R. Governo quer antecipar currículo nacional de ensino, diz ministro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08/07/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/07/1653284governoqueranteciparcurriculonacionaldeensinodizministro.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Comum para Currículos: Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento para quem?** Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 891-908, out.-dez, 2015.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>>, acesso em 12/03/2016.

MAGNOLI, D. BARBOSA, E. S. Proposta do MEC para ensino de história mata a temporalidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08/11/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1703011propostadomecparaensinodehistoriamataatemporalidade.Shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

MALAVASI, M. M. S. É equívoco tirar a autonomia das escolas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/233329eequivocotiraraautonomiadasescolas.Shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

MIZNE, D. PEREIRA, C. Avanço para a educação básica no Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/233271avancoparaaeducacaobasicanobrasil.Shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

MIOTO, R. RUSSO, R. Educadores veem excessos em nova base curricular brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06/12/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715594educadoresveemexcissosemnovabasecurricularbrasileira.Shtml>>, acesso em: 02/06/ 2016;

**Movimento pela Base Nacional Comum.** Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/>>, acesso em 07/05/2016.

MOREIRA, Antonio Flavio. **Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços.** Educação & Sociedade, ano XXI, no 73, p109-138, Dezembro/2000.

MOTA, C. G. Historiador critica visão de história proposta do Ministério da Educação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10/11/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2015/11/1704250historiadorcriticavisaodehistoriapropostadoministeriodaeducacao.Shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

NOGUEIRA, I. Novo currículo nacional da educação não deve mudar o Enem, diz ministro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1680719novocurriculonacionaldaeducacaonaodevemudaroenemdizministro.Shtml>>, acesso em: 06/06/2016;

PEREIRA, Fabio de Barros. **A Constituição de uma Base Nacional Comum ou da Base Comum Nacional?** Proped UERJ, 2015. Disponível em: <<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/P%C3%B4ster-GT12-4462.pdf>>acesso em 17/05/2016.

PINTO, A. E. S. Se Brasil formasse médicos como professores, pacientes morreriam, diz Mercadante. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28/11/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1712167sepaisformassemedicoscomoprofessorespacientesmorreriamdizmercadante.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

QUEIROZ, A. Não se pode usar base como uma receitinha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/233328naosepodeusarbasecomoumareceitinha.Shtml>>, acesso em: 06/06/2016;

\_\_\_\_\_. TAKAHASHI, F. Ensino médio não precisa de disciplinas estanques. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22/08/2015. Disponível em:



<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/230349ensinomedionaoprecisadedisciplinasestanques.shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

\_\_\_\_\_. Currículo engessado tira autonomia das escolas, diz professora da Unicamp. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1682782curriculoengessadotiraautonomiadasescolasdizprofessoradaunicamp.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

\_\_\_\_\_. Não se pode usar currículo nacional como receitinha, diz diretora de ONG. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1682781naosepodeusarcurriculonacionalcomoreceitinhadizdiretoradeong.shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

RIBEIRO, R. J. A agenda urgente do Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05/08/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/228407aagendaurgentedobrasil.Shtml>>. Acesso em: 03/06/2016;

RIGHETTI, S. Proposta de ministério que altera ensino de história causa reações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22/11/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1709478propostadeministerioquealteraensinodehistoriacausareacoes.Shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

\_\_\_\_\_. Proposta do governo não inclui alfabetização na educação infantil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14/12/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1718623propostadogovernonaoincluialfabetizacaonaeducacaoinfantil.Shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

RUSSO, R. Em debate, especialistas questionam prazo para base comum do ensino. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15/12/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1719353emdebateespecialistasquestionamprazoparaconcluircurriculominimodopais.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

\_\_\_\_\_. Brasil está desmoralizando a educação, afirma pesquisador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10/11/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1704650brasilestadesmoralizandoaeducacaoafirmapesquisador.shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

SCHENEIDER, Marilda Pasqual. **Políticas de avaliação em larga escala e a construção de um currículo nacional para a educação brasileira.** EccoS Revista Científica, núm. 30, jan-abril, 2013, pp. 17-33. Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil. Disponível em: <[http://indicadoresdequalidade.unoesc.edu.br/images/uploads/Pol%C3%ADticas\\_de\\_Avalia%C3%A7%C3%A3o\\_em\\_Larga\\_Escala.pdf](http://indicadoresdequalidade.unoesc.edu.br/images/uploads/Pol%C3%ADticas_de_Avalia%C3%A7%C3%A3o_em_Larga_Escala.pdf)>, acesso em: 25/03/2016.

SCHWARTSMAN, H. Um pouco de eurocentrismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25/11/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2015/11/1710663umpoucodeeurocentrismo.Shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

\_\_\_\_\_. Padrão para o ensino. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/233406padraoparaoensino.Shtml>>, acesso em 06/06/2016;

SETUBAL, M. A. Maria alicesetubal: Que plano o governo tem para a educação? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10/07/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/07/1653386queplanoogovernotemparaeducacao.Shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

\_\_\_\_\_. S. MARIA ALICE SETUBAL: Educação, "prioridade das prioridades". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18/10/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/10/1695222educacaoprioridadedasprioridades.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

SEIBEL, Erni J. **Pesquisa Hemerográfica: Metodologia.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

SILVA, Monica Ribeiro da. **Currículo, ensino médio e BNCC: um cenário de disputas.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 367-379, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>, acesso em 30/04/2016.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. **As (im)possibilidades de uma Base Comum Nacional.** Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1512 - 1529 out./dez. 2014. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>>, acesso em: 14/04/2016.

TAKAHASHI, F. PINTO, ANA E. S. Brasil criou bomba fiscal na educação, diz diretora do Banco Mundial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12/11/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1705186brasilmoumbombaparacontaspublicasnaeducacaodizdiretoradobancomundial.shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

\_\_\_\_\_. Currículo frágil é apontado como causa da baixa qualidade no ensino médio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1677857comoexplicarabaixaqualidadenoensinomedio.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

\_\_\_\_\_. Currículo tem apoio, mas resultado é incerto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/233330curriculotemapoiomasresultadoeincerto.Shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

\_\_\_\_\_. Mercadante defende mais gramática no currículo nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11/10/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/236060mercadantedefendemaisgramaticanocurriculonacional.Shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

\_\_\_\_\_. Modelo para o Brasil, formação do currículo australiano levou 20 anos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1677870curriculoaustralianodemorou20anosparaficarprontocontaprofessor.Shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

\_\_\_\_\_. Ensino infantil precisa ter currículo claro, diz assessor de Educação sueca. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20/12/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1721290ensinoinfantilprecisatercurriculoclarodizassessordeeducacaosueca.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

\_\_\_\_\_. RABIN, C. G. SCERB, P. VIALI, A. MAZZITELLI, F. Encontro busca lições nos melhores sistemas de ensino do mundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1677902encontrobuscalicoesnosmelhoressistemasdeensino.Shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

\_\_\_\_\_. Currículo sem pressa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/231883curriculosempressa.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

UNGER, R. M. O Brasil precisa pôr a mão nas feridas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18/10/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/10/1694763obrasilprecisapora maonasferidas.Shtml>>, acesso em: 03/06/2016;

URIBE, G. FOREQUE, F. Disputas políticas, greves e cortes paralisam Ministério da Educação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/232917disputaspoliticagrevesecort esparalisaministeriodaeducacao.Shtml>>, acesso em: 02/06/2016;

VIALLI, A. Monitorar alunos é chave para casos de sucesso em educação pelo mundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02/09/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1676828casosdesucessonom undopassampormonitoramentodosalunos.Shtml>>, acesso em 02/06/2016;